



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

KAMILA KLASMANN

**ENCARCERAMENTO FEMININO:
ANÁLISE SOCIOLÓGICA DO ENVOLVIMENTO DE
MULHERES COM A CRIMINALIDADE**

KAMILA KLASMANN

**ENCARCERAMENTO FEMININO:
ANÁLISE SOCIOLÓGICA DO ENVOLVIMENTO DE
MULHERES COM A CRIMINALIDADE.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Sociologia (PPGSOC), do Departamento de Ciências Sociais, do Centro de Letras e Ciências Humanas (CLCH), da Universidade Estadual de Londrina - UEL, como requisito parcial para a obtenção do título de MESTRA em Sociologia.

Orientador: Profa. Dra. Angela Maria de Sousa Lima.

Londrina
2026

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO DA OBRA ELABORADA PELO AUTOR, ATRAVÉS DO PROGRAMA DE
GERAÇÃO AUTOMÁTICA DO SISTEMA DE BIBLIOTECAS DA UEL

Klasmann, Kamila.

Encarceramento feminino : Análise sociológica do envolvimento
de mulheres com a criminalidade / Kamila Klasmann. - Londrina,
2026.

84 f.

Orientador: Angela Maria de Sousa Lima.

Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Estadual
de Londrina, Centro de Letras e Ciências Humanas, Programa de
Pós-Graduação em Sociologia, 2026.

Inclui bibliografia.

1. Encarceramento feminino - Tese. 2. Gênero - Tese. I. de
Sousa Lima, Angela Maria. II. Universidade Estadual de Londrina.
Centro de Letras e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação
em Sociologia. III. Título.

CDU 316

KAMILA KLASMANN

**ENCARCERAMENTO FEMININO NO BRASIL:
ANÁLISE SOCIOLÓGICA DO ENVOLVIMENTO DE
MULHERES COM A CRIMINALIDADE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Sociologia (PPGSOC), do Departamento de Ciências Sociais, do Centro de Letras e Ciências Humanas (CLCH), da Universidade Estadual de Londrina - UEL, como requisito parcial para a obtenção do título de MESTRE em Sociologia.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Profa. Dra. Ângela Maria de
Sousa Lima

Universidade Estadual de Londrina - UEL

Profa. Dra. Carolina Cássia Batista Santos
Universidade Federal do Amazonas - UFAM -

Profa. Dra. Mariana Aparecida dos Santos
Panta
Universidade Federal da Bahia - UFBA

Profa. Dra. Angélica Lyra de Araújo
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Londrina, 22 de maio de 2026.

AGRADECIMENTOS

Às mulheres que compartilharam suas trajetórias no livro aqui analisado, pela sua força em revisitar memórias, materializá-las no papel e tornar público aquilo que muitas gostariam de esquecer. Mesmo sem conhecer suas identidades, compreendo que suas vivências representam as de muitas mulheres deste país.

À Universidade Estadual de Londrina (UEL), especialmente ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGSOC/UEL) e todos os professores que compõem o corpo docente, os quais contribuíram para minha formação acadêmica, profissional e humana.

Agradeço de maneira especial minha orientadora Ângela pelo seu acolhimento, pela sua humildade em dividir o seu vasto conhecimento e pela confiança na pesquisa que propus a desenvolver. Infelizmente, não há maneira como agradecer tamanha importância na minha trajetória acadêmica.

A minha tia, Caroline Gomes da Silva, doutoranda nesta mesma Universidade, por me inspirar, me incentivar e me acompanhar durante as etapas do processo seletivo do Mestrado, nunca deixando de acreditar na minha capacidade e não me permitindo desistir. E, principalmente, por me mostrar as belezas dos recomeços e a inúmeras oportunidades existentes nesta vida.

Ao meu companheiro de vida, Fanuel Maffud de Paula Marques, por estar do meu lado durante os momentos de dificuldades tão presentes na vida acadêmica, tentando me compreender e me acolher da melhor forma. Obrigada por ouvir meus desabafos, repletos de angústias e inseguranças e também por me incentivar, sempre enfatizando o orgulho que tem da minha trajetória, esta foi uma das razões que não me deixaram desistir.

A minha mãe, Catia Maria da Silva Klasman, professora dedicada que sempre me ensinou que a mudança começa pela educação. Sou profundamente grata por ter aprendido com você que devemos sempre lutar pelos nossos sonhos e que nós mulheres precisamos resistir ainda mais para alcançá-los. Obrigada por ter me educado para ser a mulher que sou hoje!

Ao meu pai, Lazier Robinson Klasman (*in memoriam*), por ter me ensinado que honestidade e trabalho duro sempre devem andar juntos. Lembro-me com muito orgulho de toda sua dedicação com seus objetivos e me inspiro em você

em tudo o que faço.

A minha querida vó Vera Lucia, minha grande apoiadora, mulher forte que sempre priorizou a educação de suas filhas e tem brilho nos olhos aos dizer que todas estão “formadas”. Diplomas estes que exhibe com orgulho na parede da sala da sua casa. Não foi diferente comigo, sempre foi a primeira a acreditar nos meus projetos, embora eles me levassem para longe de seus cuidados.

Por fim, aos meus familiares e amigos que, embora não sejam citados aqui, sabem que fizeram parte da minha trajetória enquanto mestranda: MUITO OBRIGADA.

*“Se bem que já passei tantos natais presa
que talvez isso seja apenas saudade,
pensamentos de uma presidiária.”*

(Maria)

RESUMO

KLASMANN, Kamila. **Encarceramento feminino:** análise sociológica do envolvimento de mulheres com a criminalidade. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Centro de Letras e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2025.

O presente estudo tem como objetivo principal compreender como marcadores sociais estiveram presentes nas trajetórias de mulheres que estiveram em cumprimento de penas restritivas de liberdade na Cadeia Pública Feminina de Londrina e influenciaram. Desse modo, a dissertação pretende investigar especificamente: (1) como a intersecção de raça, gênero e classe impactou na oferta de oportunidades nas suas trajetórias anteriores ao encarceramento e, por consequência, contribuiu para um cenário de vulnerabilidade social; (2) identificar os laços afetivos que se fizeram presentes em suas narrativas e compreender de que modo estas relações participaram, direta ou indiretamente, exercendo impactos que resultaram na prática de crimes; e (3) analisar como a experiência com a violência perpassa suas vivências e contribuem para o desempenho de atividades criminosas. Para isso, a pesquisa foi realizada combinando a análise documental com a análise de conteúdo de Laurence Bardin (1977). Foram analisados dados de duas narrativas presentes no livro “Encarceradas: quando a estrela de Natal não brilha”, escrito por mulheres recolhidas na Cadeia Pública Feminina de Londrina. A hipótese que norteou a análise foi de que as experiências destas mulheres foram dominadas por marcadores sociais, sobretudo raça, gênero e classe, que associados aos contextos de violências, desigualdades, estigmatização e vulnerabilidades socioeconômicas, colaboraram, de maneira expressiva, para seu envolvimento com crimes, especialmente o tráfico de drogas.

Palavras-chave: Encarceramento feminino; Gênero; Interseccionalidade; Desigualdades.

ABSTRACT

KLASMANN, Kamila. **Women's incarceration:** a sociological analysis of women's involvement in crime. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Centro de Letras e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2025.

The main objective of this study is to understand how social markers were present in and influenced the trajectories of women serving restrictive sentences at the Londrina Women's Public Prison. Specifically, this dissertation aims to investigate: (1) how the intersection of race, gender, and class impacted the availability of opportunities in their lives prior to incarceration and, consequently, contributed to a scenario of social vulnerability; (2) identify the affective bonds present in their narratives and understand how these relationships participated, directly or indirectly, in impacting the commission of crimes; and (3) analyze how the experience of violence permeates their lives and contributes to the performance of criminal activities. To this end, the research was conducted by combining document analysis with content analysis as described by Laurence Bardin (1977). Data from two narratives in the book "Incarcerated: When the Christmas Star Doesn't Shine," written by women held in the Londrina Women's Public Prison, were analyzed. The hypothesis guiding the analysis was that these women's experiences were dominated by social markers, especially race, gender, and class, which, combined with contexts of violence, inequality, stigmatization, and socioeconomic vulnerabilities, significantly contributed to their involvement in crime, particularly drug trafficking.

Key words: Female incarceration; Gender; Intersectionality; Inequalities.

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 - Categorias e URs de análise vertical	45
---	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CLDA	Cadeia Pública Feminina de Londrina
DPE	Defensoria Pública Estadual
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INFOPEN	Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias
SISDEPEN	Sistema de Informação do Departamento Penitenciário Nacional
SENAPEN	Secretaria Nacional de Políticas Penais
PPGSOC/UEL	Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Estadual de Londrina
PEL	Penitenciária Estadual de Londrina
U.C.	Unidade de Contexto
U.R.	Unidade de Registro
UEL	Universidade Estadual de Londrina

SUMÁRIO

1	NOTAS INTRODUTÓRIAS	13
1.1	APRESENTAÇÃO DA AUTORA	13
1.2	INTRODUÇÃO	16
2	ESTIGMA E MULHERES EM SITUAÇÃO DE PRIVAÇÃO DE LIBERDADE.....	21
2.1	COMO AS MULHERES SÃO VISTAS PELAS TEORIAS CRIMINOLÓGICAS	23
2.2	GÊNERO, RAÇA E CLASSE: INTERSECCIONALIDADE E APRISIONAMENTO DE MULHERES NO BRASIL	28
3	CAMINHOS METODOLÓGICOS	34
3.1	MÉTODOS DE ANÁLISE.....	34
3.2	ANÁLISE DAS TRAJETÓRIAS DE MULHERES AUTORAS DE CRIMES, COM BASE NO LIVRO “ENCARCERADAS: QUANDO A ESTRELA DE NATAL NÃO BRILHA”	37
4	ANÁLISE EMPÍRICA	47
4.1	CRIMINALIDADE	47
4.2	LAÇOS AFETIVOS	53
4.3	FESTIVIDADES	59
4.4	GÊNERO	61
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	67
6	REFERÊNCIAS.....	71
7	APÊNDICES.....	74

1 NOTAS INTRODUTÓRIAS

1.1. APRESENTAÇÃO DA AUTORA

Tratar sobre o encarceramento de mulheres exige sensibilidade e sinceridade acerca do lugar social de onde estamos formando nossas concepções. Para além de uma análise acadêmica, falar sobre este tema requer estejamos cientes de que as trajetórias são diferentes e exercem influência nas nossas experiências e percepções sobre a realidade que nos cerca. E todo o conteúdo desta dissertação, desde o ritmo de escrita até as leituras realizadas, foi desenvolvido sob o olhar que formei durante meu percurso pessoal e profissional.

Por isso, antes de apresentar a minha pesquisa e todo o conteúdo analítico desenvolvido, considero importante compartilhar um pouco os caminhos que percorri até aqui. Isso porque, acredito que minhas vivências possam ter influenciado o modo de enxergar certas questões sociais e me motivaram a pesquisar sobre o tema. Este trabalho nasceu das minhas inquietações em compreender as estruturas que moldam as injustiças sociais, especialmente aquelas que atingem as mulheres.

Conclui o curso de graduação em Bacharelado em Direito, no ano de 2020, mas considerado que minha vida profissional se iniciou quando ainda estava na faculdade. Sou de uma cidade muito pequena, no interior do Estado do Paraná, chamada Ibaiti, lá fiz minha graduação e participei de estágios durante 5 anos. Durante o curso, minha paixão eram casos criminais, que despertou durante meu estágio na Escrivania Criminal da cidade onde estudava.

Neste período, atuava diretamente com a população marginalizada, com atendimento e consultas processuais. Majoritariamente, meu contato direto era com pessoas que haviam cometido ou eram vítimas de crimes. Foram meus primeiros contatos com casos que envolviam violência doméstica e também foi a primeira vez que me questionei profundamente sobre as desigualdades de gênero. Em que pese o tema já estivesse sendo disseminado há anos, quando o quantitativo destes crimes esteve presente no meu cotidiano pude dimensionar a gravidade.

Também foram meus primeiros contatos com mulheres autoras de crimes e

confesso que eu ainda não possuía um olhar atento para compreender as estigmatizações presentes. Em sua grande maioria – falo isso, pois a memória não me permite afirmar que eram todas – estavam envolvidas com a prática do crime De tráfico de drogas. Hoje, com breve uma retomada desse período, acredito que as trajetórias destas mulheres sejam semelhantes à que estão presentes nas narrativas que aqui pesquisei.

Permaneci neste estágio até iniciar em outro, agora no Ministério Público do Estado do Paraná. Foi um dos períodos profissionais de maior realização, continuei atuando em processos criminais, mas com outra perspectiva. Também acompanhava ao atendimento ao público, principalmente em casos que envolviam questões de saúde pública. Depois de concluir a graduação e, conseqüentemente, o estágio, retornei para este órgão em 2021, mas com a atuação em outras matérias que já não me traziam tanta satisfação.

Em 2022, tornei-me advogada e neste mesmo ano prestei entrei para o Mestrado do PPGSOC/UDEL com o tema de pesquisa “Igualdade formal x igualdade material: uma análise acerca da implementação de políticas públicas voltadas para a mulher negra vítima de violência doméstica”. Naquele momento, pretendia estudar a falta de oferta de políticas públicas para estas mulheres, amparada nas previsões da Lei Maria da Penha e ineficiência na aplicação do diploma legal. Conforme fui avançando nos estudos da Sociologia no Mestrado, compreendi que esta pesquisa, em que pese houvesse um embasamento social e jurídico, ainda não estava adequada para ser desenvolvida.

Iniciej, portanto, a busca por uma nova pesquisa que pudesse unir minha formação em Direito com os ensinamentos do Mestrado em Sociologia. Foi quando participei de um Projeto de Extensão e tive a oportunidade de ter contado direto com recolhidas do sistema penitenciário. Assim como meu período trabalhando com processos criminais, a experiência com estas mulheres, mas agora sob um aspecto sociológico extremamente enriquecedor.

O desenvolvimento das atividades com estas mulheres gerou em mim um olhar sensível para suas trajetórias, fez-me compreender o todo que envolve suas trajetórias até resultar no cometimento de um crime. Contraindo os estigmas sociais, conheci mulheres que tiveram pouca ou quase nenhuma oportunidade de trilhar um caminho que não fosse aquele que resultou no seu encarceramento. Neste momento, concluí que queria trazer à tona suas narrativas, gostaria de torná-las sujeitas da minha

pesquisa.

Nem tudo foi como imaginei no mestrado e, infelizmente, precisei trancar minha matrícula para retomar o fôlego e dar continuidade naquilo que me propus. Apesar das dificuldades e desafios, fui acolhida como orientanda da Prof. Dra Ângela Maria de Sousa Lima, por quem sempre terei uma enorme gratidão. Com todo seu cuidado e paciência, auxiliou-me a ajustar um novo caminho para minha pesquisa, que mantivesse aquilo que eu já havia construído.

Em busca por um novo objetivo de pesquisa, escolhi um livro que foi citado por uma das detentas, o qual havia sido produzido por elas em parceria com o Departamento Penitenciário. Nas atividades que desenvolvíamos com as mulheres durante o projeto de extensão, tanto no Patronato Penitenciário quanto na Cadeia Pública de Londrina, por diversas vezes foram solicitadas a criação de textos a elas. Em um dado momento, uma participante comentou que atividade semelhante já havia sido desenvolvida dentro da Unidade Prisional e que o fruto do trabalho era o livro “Encarceradas: quando a estrela de Natal não brilha”. Essa situação ocorreu em meados de 2023, lembro-me de pesquisar sobre a publicação, mas sem me aprofundar no conteúdo.

Ocorre que, em 2024, quando meu período de trancamento da matrícula do mestrado já estava quase encerrando e em meio a tantas dúvidas sobre como recomeçar uma pesquisa já no final da pós-graduação: lembrei-me da obra citada. Embora o texto já tivesse chamado minha atenção, só tive contato com seu conteúdo quando ele se tornou uma possível material empírico para minha pesquisa e foi quando eu descobri o quanto ele seria valioso para mim. Explico mais sobre o seu conteúdo durante o desenvolvimento desta pesquisa, mas de antemão explico que ele muito se aproxima à maneira que gostaria de desenvolver minha análise, que é através de uma narrativa direta fornecida pelas próprias mulheres.

Logo, com a aprovação da minha orientadora, passei a realizar o tratamento destes dados e a análise, quando fui surpreendida com mais uma reviravolta em minha vida: uma nomeação para exercer um tão sonhado cargo público. Mais uma vez, logo após a minha banca de qualificação, precisei parar minha pesquisa pois precisava estar 100% disponível para um curso de formação que mudaria minha vida. O desafio de aprender uma nova profissão foi grande, mas com muita dedicação consegui.

Por fim, sem nenhuma dúvida, esta pesquisa foi fruto de uma jornada de

superação pessoal e profissional. Durante o mestrado, precisei me manter resiliente em muitos momentos para que fosse possível alcançar meu objetivo final. Realizar este trabalho com mulheres que compõem uma população tão marginalizada e estigmatizada, ensinou-me sobre empatia e esperança. Em retrospecto, concluo que minha breve atuação como pesquisadora me transformou como profissional e como ser humano.

1.2. INTRODUÇÃO

Julita Lemgruber, em *Cemitério dos Vivos: Análise Sociológica de Uma Prisão de Mulheres*, evidenciam, através de pesquisa realizada no Instituto Penal de Talavera Bruce, que para além das penas de restrição de liberdade, as mulheres encarceradas são punidas com o abandono de familiares. Isso porque, a mulher que comete crimes carrega o estigma estabelecido pelo patriarcado de que está destinada a permanecer na esfera privada do lar, desempenhando tarefas domésticas e de cuidado (LEMGRUBER, 1999).

As últimas décadas têm sido marcadas pelo aumento do encarceramento de mulheres no país. Nos anos de 2000 a 2016 foi possível registrar um aumento de 656% da população carcerária feminina, enquanto para os homens o percentual registrado foi de 293%, durante o mesmo período, no Brasil. Segundo a *World Female Imprisonment List*, em 80% dos países do mundo, as mulheres representam cerca de 2 a 9% da população prisional, no Brasil a porcentagem é referente a 6,4%. Nesse sentido, o Brasil ocupa a sétima posição entre os países com a maior população prisional de mulheres (WALMSLEU, 2017).

O encarceramento dessas mulheres significa uma dupla punição social, uma vez que são culpabilizadas por romperem com as expectativas de mulheres vulneráveis, recatadas e domésticas para se tornarem desviantes, bem como são invisibilizadas pelas políticas, que deixam de observar condições específicas enfrentadas por elas no sistema prisional, considerando que a criminalidade é vista como masculina. Dessa maneira, as mulheres são duplamente desviantes, tendo em vista a transgressão legal que as levou a condição de cárcere e o rompimento de normas sociais que definem a conduta feminina apropriada (CUNHA, 1994).

Para além dos estigmas que as acompanham antes e após seu envolvimento

com atos criminosos, a desigualdade de gênero as submete a cenários de vulnerabilidade, desvalorização do trabalho e invisibilização em espaços públicos. Fatores estes que contribuem para o empobrecimento feminino, notadamente em lares chefiados por mulheres. Esta realidade, somada ao Estado Penal (WACQUANT, 2001) presente em nossa sociedade faz com que mulheres pobres, notadamente as negras, sejam maioria no sistema penitenciário.

Em seu estudo sobre a realidade carcerária norteamericana, Loic Wacquant (2001) revela que o aumento da população carcerária estaria diretamente relacionado com a substituição de um Estado de Bem-Estar Social enfraquecendo políticas sociais assistencialistas para um Estado Penal em que há um fortalecimento de políticas punitivas. Para ele, esta movimento está articulado com o objetivo de punir populações marginalizadas, dissimulando a compreensão de segurança da sociedade e encobrindo as reais desigualdades sociais. Com base neste contexto, este estudo busca investigar de que forma o envolvimento feminino com atividades criminosas reflete e reproduz a desigualdade de gênero e raça, ao mesmo tempo em que reforça as expectativas sociais de submissão e vulnerabilidade das mulheres pobres e negras.

Para isso, utilizarei em minha pesquisa a metodologia qualitativa de análise documental através do estudo das trajetórias das mulheres autoras do livro “Encarceradas: quando a estrela de Natal não brilha”, fruto do Projeto Encarceradas, desenvolvido com as mulheres em restrição de liberdade da Cadeia Pública Feminina de Londrina. A análise deste material destina-se a responder da maneira mais ampla possível como atuação interseccional de marcadores sociais estão presentes nas trajetórias pregressas de mulheres que foram encarceradas e contribuíram para o envolvimento com atividades criminosas.

O livro reúne dez narrativas anônimas, nas quais as mulheres privadas de liberdade refletem sobre diferentes aspectos das suas trajetórias até o envolvimento em dinâmicas criminosas. Os relatos revelam contextos marcados por vulnerabilidades sociais e econômicas que resultaram na prática de crimes e o consequente aprisionamento. Assim, o objetivo principal desta pesquisa é compreender como os marcadores sociais, presentes nestas narrativas, atuaram como elementos estruturantes de um contexto que influenciou a prática de criminosa.

Utilizarei o método de Análise de Conteúdo para me auxiliar na organização das informações. Para Bardin (1977), a análise de conteúdo pode ser descrita como

um conjunto de técnicas que permite analisar comunicações, utilizando, para tanto, de procedimentos sistemáticos e objetivos com vistas a descrever o conteúdo das mensagens. As técnicas empregadas permitem a inferência de conhecimentos que se relacionam com a produção e recepção das narrativas.

Este método representa uma valiosa ferramenta para compreender os significados dos discursos dos atores sociais. É a partir desta metodologia que será possível inferir se os resultados obtidos através da utilização da análise documental foram eficazes para desvendar as respostas do objeto e problema de pesquisa. Assim, após a análise do conteúdo do livro, por meio do que é denominado por Bardin (1977) como leitura flutuante, realizei a organização do material mediante grelhas categoriais, cuja organização resultou na seguinte divisão: Criminalidade, Laços Afetivos, Festividades e Gênero.

A distribuição das categorias se deu de acordo com a organização do material empírico em pequenos recortes que representam as Unidades de Registro. Cada categoria representa a união de várias Unidades de Registro com temáticas semelhantes (Bardin, 1977). A organização das narrativas desta maneira possibilita a execução da pesquisa a partir dos seguintes objetivos específicos: (1) como a intersecção de raça, gênero e classe impactaram na oferta de oportunidades nas suas trajetórias anteriores ao encarceramento e, por consequência, contribuíram para um cenário de vulnerabilidade social; (2) identificar os laços afetivos que se fizeram presentes em suas narrativas e compreender de que modo estas relações participaram, direta ou indiretamente, exercendo impactos que resultaram na prática de crimes; e (3) analisar como a experiência com a violência perpassam suas vivências e contribuem para o desempenho de atividades criminosas.

Esses objetivos estão diretamente relacionados com desenvolvimento de cada uma das seções da dissertação, sendo que, na primeira seção, iniciarei com uma análise bibliográfica acerca da estigmatização das mulheres autoras de crimes utilizando para tanto os conceitos explorados por Erving Goffman (1988). Em seguida, ainda nesta seção, abordarei a temática da Sociologia do Crime e as teorias criminológicas, com ênfase na perspectiva teórica sobre a criminalidade feminina, notadamente sobre a análise dos motivadores para o envolvimento em práticas ilícitas e como estas condutas são interpretadas socialmente. Por fim, discutirei a interseccionalidade entre raça, gênero e classe e sua relação com a aprisionamento

feminino no Brasil, apresentando os principais conceitos sobre a temática que servirão, em sua maioria, como eixo para análise das narrativas que serão trabalhadas ao longo da pesquisa.

A partir da compreensão das discussões teóricas apresentadas nesta pesquisa, a análise dos dados empíricos será orientada pela hipótese central de que a experiência de vida destas mulheres foi profundamente atravessada por marcadores sociais, especialmente aqueles relacionados à raça, gênero e classe, os quais associados a um contexto de violência e vulnerabilidade social exercem uma influência significativa no envolvimento em práticas criminosas. A hipótese em questão pretende trazer uma análise sobre a influência de fatores sociais no processo de encarceramento de mulheres no Brasil, principalmente nas últimas duas décadas.

Entretanto, é necessário reconhecer que a pesquisa apresentou limitações, tanto no recorte quanto na metodologia utilizada. Isso porque, como se trata das narrativas de um pequeno grupo de mulheres que foram selecionadas com base nos objetivos da publicação do livro e disseminação do trabalho realizado pela equipe penitenciária, não é possível estender os fatos ali apresentados para uma população maior e nem generalizar as trajetórias.

Para tentar reduzir esta limitação, ao selecionar as narrativas para o estudo, busquei eleger aquelas que possuíam similaridades entre si, seja nas vivências ou no crime que resultou no encarceramento. Assim, em todas as narrativas selecionadas as mulheres estão relacionadas com a prática do crime de tráfico de drogas, uma vez que este representa tem maior incidência na população carcerária feminina.

As restrições também estiveram presentes na análise do conteúdo dos dados empíricos, pois as narrativas disponíveis já haviam passado por um processo de triagem, foram organizadas e publicadas conforme a expectativa dos organizadores. Os relatos também foram direcionados de acordo com um objetivo, que era a festividade do Natal, o que fez com as narradoras perdessem o ritmo para atender este requisito, limitando o conteúdo. Também é importante mencionar que a análise documental, apesar das benéficas, dificulta o trabalho do pesquisador já que existe a necessidade de se ater ao conteúdo que será analisado. A escolha por este método limita o acesso a informações complementares que poderiam surgir em outras abordagens.

Pelo fato dos documentos representarem algo que já está determinado e não é passível de complementação ou aprofundamento, alguns aspectos analíticos encontraram limitações nesta pesquisa. Isso porque, apesar da revelância da análise do questões raciais neste cenário, não há relatos objetivos e suficientes que permitiram inferir que as experiências destas mulheres foram atravessadas por relações raciais. Diante disso, optei por não extrapolar e me ater somente àquele conteúdo que compõem o material empírico, mas sem deixar que abordar sobre a temática em referencial teórico. Logo, aspectos raciais serão sempre mencionados no decorrer da pesquisa em um contexto macro.

Apesar disso, a proposta da pesquisa foi atendida com o conteúdo das narrativas, que se mostraram pertinentes para aprofundar uma reflexão crítica acerca do encarceramento feminino. Ainda, possibilitou que a pesquisa fosse desenvolvida para dar visibilidade às trajetórias de mulheres que pertencem a uma população marcada pela estigmatização e exclusão social. Inserida na linha de pesquisa 02 do PPGSOC/UDEL “Desigualdades, Cidadania e Cultura”, os dados empíricos e a análise realizada dialogam especialmente com o eixo temático das desigualdades, que serão amplamente discutidos no decurso deste estudo. As mulheres cujas narrativas compõem a análise estiveram em um contexto de extrema desigualdade e vulnerabilidade social. A escolha por trazer luz a estas histórias é uma maneira de romper com discursos que simplificam e desconsideram as trajetórias daqueles que compõem o sistema penitenciário, fornecendo uma concepção crítica sobre a relação entre fatores sociais e criminalização de mulheres.

2. ESTIGMA E MULHERES EM SITUAÇÃO DE PRIVAÇÃO DE LIBERDADE

Em sua obra *“Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada”* (1983), Erving Goffman se refere aos estigmas como parte de um processo social no qual determinados indivíduos são considerados inferiores por possuírem características que os tornam desviantes daquelas que são aceitas pela sociedade. Para o sociólogo, o estigma está presente no momento em que ocorre uma quebra entre um atributo e uma expectativa social, tornando-o descridibilizado socialmente. Neste estudo, os conceitos introduzidos por Goffman serão analisados relacionando o contexto do encarceramento feminino, isso porque a associação entre crime e mulher por si só já representa um rompimento da expectativa social.

Assim, é necessário compreender acerca da origem do termo estigma, que conforme preconizado pelo sociólogo na obra em questão, foi criado pelos gregos para se referirem a sinais corporais que revelavam algo de “extraordinário ou mau sobre o status moral de quem os apresentava” (1983, p. 5). Estes sinais eram como cortes ou marcas criadas pelo fogo que indicavam que aquelas pessoas eram escravos, criminosos, traidores ou alguém “ritualmente poluída”. Já na era cristã houve o acréscimo de mais duas metáforas ao termo estigma, sendo: “o primeiro deles referia-se a sinais corporais de graça divina que tomavam a forma de flores em erupção sobre a pele; o segundo, uma alusão médica a essa alusão religiosa, referia-se a sinais corporais de distúrbio físico.” (1983, p.5)

Na atualidade, embora o termo estigma seja utilizado de forma semelhante a sua origem grega, é empregado para questões que se relacionam mais as “desgraças” inerentes as pessoas do que a sinais corporais. Para Goffman (1983), a sociedade estabelece maneiras de classificar as pessoas, sendo elas práticas e simbólicas, através das quais é possível criar categorias sociais em que determinados comportamentos e características são consideradas comuns e inerentes a quem as integra. Nos ambientes sociais estas classificações orientam a interação cotidiana, uma vez que criam uma probabilidade de quem seriam as pessoas presentes naquela estrutura e quais atributos possuem.

Desse modo, quando alguém nos é apresentando em determinado contexto social, é possível prever a categoria social ocupada por ele e quais são as características que se espera que este indivíduo possua. Trata-se daquilo que Goffman (1983) compreende como “identidade social”, ou seja, um conjunto de

expectativas sociais que estão relacionadas tanto com atributos estruturais, como a ocupação, quanto atributos morais, como honestidade. Com isso, mesmo antes de conhecer profundamente o indivíduo, já se cria uma percepção diretamente influenciada por esta categorização.

É a partir desse contexto que o sociólogo nos apresenta os termos “identidade social virtual” e “identidade social real”. Ele preceitua que estas pré-concepções advindas da categorização social do indivíduo são transformadas em expectativas normativas e esta imputação é considerada como uma “identidade social virtual”, que pode não se concretizar no momento do encontro. Já a categoria e atributos que o sujeito realmente possui é o que Goffman (1983) chama de “identidade social real”. Esta discrepância entre as identidades quando caracterizada por um atributo negativo que se revela na “identidade social real” é uma manifestação do estigma.

Goffman (1983) explica que o estigma está presente quando um indivíduo rompe com a expectativa de uma maneira negativa, apresentando um atributo que o torna diferente da categoria social em que pudesse ser incluído. Para ele, este sujeito deixa de ser considerado uma “criatura comum” e se torna uma “pessoa estragada e diminuída”. Portanto, esta característica negativa que faz com que o indivíduo não seja mais considerado como parte de uma determinada categoria social ou até mesmo rejeitado por ela é o estigma.

O sociólogo defende que é possível categorizar os estigmas em três grupos diferentes, sendo eles:

Em primeiro lugar, há as abominações do corpo - as várias deformidades físicas. Em segundo, as culpas de caráter individual, percebidas como vontade fraca, paixões tirânicas ou não naturais, crenças falsas e rígidas, desonestidade, sendo essas inferidas a partir de relatos conhecidos de, por exemplo, distúrbio mental, prisão, vício, alcoolismo, homossexualismo, desemprego, tentativas de suicídio e comportamento político radical. Finalmente, há os estigmas tribais de raça, nação e religião, que podem ser transmitidos através de linhagem e contaminar por igual todos os membros de uma família. (GOFFMAN, 1983, p. 7)

Contudo, para ele, em todas estas categorias estão presentes as mesmas manifestações sociológicas: um sujeito que poderia ser incluído facilmente em uma categoria social, torna-se indesejável devido à presença de um atributo negativo, o que faz com que todos os outros atributos que carrega sejam ignorados. Este indivíduo possui um estigma, uma característica que não corresponde àquilo que haviam esperado dele.

Para esta pesquisa, podemos inferir que o estigma se manifesta a partir do

momento em que ocorre uma quebra da expectativa social de que crimes são condutas relacionadas a práticas masculinas. As mulheres pertencem a uma categoria social em que espera atributos morais relacionados ao cuidado, à maternidade, à docilidade e à subalternação, o que, em um primeiro momento, vai em desacordo com a prática de condutas criminais. Portanto, quando uma mulher comete um delito rompe com aquilo que a sociedade espera dela e tal conduta se torna um atributo negativo frente à categorização social em que esta mulher está inserida.

2.1 COMO AS MULHERES SÃO VISTAS PELAS TEORIAS CRIMINOLÓGICAS

O estudo de criminosos, de modo geral, por muito tempo foram considerados somente as características físicas e psicológicas de homens e mulheres, desprezando considerações socioestruturais. No Brasil, a criminologia, foi bastante influenciada pelo positivismo de Lombroso (1893). Nesse contexto, o conceito de mulher passiva e mais obediente aos mandamentos jurídicos marcou a teoria criminológica, as mulheres que rompiam com essas concepções, ou seja, as desviantes chamaram a atenção do positivismo criminológico com a publicação do livro “*La Donna Delinquente*”, de autoria de Ferrero e Lombroso (1893). Para os autores, “como uma dupla exceção, a mulher criminosa é um monstro” (FERRERO E LOMBROSO, 2004, p. 183).

Lombroso, já era conhecido por teorias que baseavam a compreensão da prática criminosa pelas características físicas dos indivíduos. Em sua perspectiva, os criminosos estariam marcados por características que os tornariam desviantes por natureza. Para ele, o fato do indivíduo possuir certos atributos corporais já era por si só determinantes do seu comportamento, o que o impedia de possuir o livre arbítrio.

Quando tratam sobre suas compreensões sobre as mulheres, os autores as retratam como uma “raça inferior”:

Da mesma forma como na raça humana: antes da puberdade, encontramos a mulher com força igual ou mesmo superior ao homem, o mesmo ocorrendo com o desenvolvimento físico, e por vezes inclusive em inteligência; mas pouco a pouco este predomínio se interrompe e é superado, deixando para trás, nessa momentânea superioridade, uma prova de que a precocidade é algo comum às raças inferiores. (LOMBROSO E FERRERO, 1893, p.7)

Lombroso e Ferrero (1893) as consideravam como menos evoluídas que os homens e as categorizavam por graus de regressão: a) a mulher normal. b) a mulher prostituta e c) a mulher criminosa. Esta última, para os autores, possuía como

característica divergente da mulher normal a crueldade, sendo que a primeira era marcada pelo seu instinto maternal, o que gera nela a compaixão. Além disso, as mulheres criminosas eram sedutoras, calculistas, frias e, apesar de mulheres, tinham um comportamento sexual exacerbado, mais parecido com o dos homens (LOMBROSO E FERRERO, 1893):

A origem da piedade é, portanto, o amor materno. É sempre a fraqueza, em todas as suas formas, que inspira a piedade. Crianças, pobres, idosos, doentes, abandonados, prisioneiros, condenados, animais indefesos – todos esses são seres fracos que despertam nossa piedade e pelos quais a mulher sente compaixão: a coragem poderosa e heroica, como a do mártir que se sacrifica por seus ideais, não suscita piedade, mas admiração. Mas a mulher, desde os primeiros momentos do surgimento da humanidade, desenvolveu essa função essencial de proteção aos fracos, a maternidade; enquanto o homem, submetido à luta pela existência, sempre teve a tarefa de suprimir tal fraqueza, encarregado da superação dos mais fracos em favor dos mais fortes. (...) A piedade é um broto surgido do amor materno. E, de fato, quando observamos a mulher por sua caridade, sempre encontramos em sua essência, em suas atitudes, o perfil de uma mãe; e vemos brotarem os sentimentos de maternidade mesmo quando, por algum motivo, esta é negada à mulher. (LOMBROSO E FERRERO, 1893, p. 54)

Estes estudos da criminologia positivista ainda classificavam as mulheres “normais” eram menos propensas a cometer crimes em virtude da imobilidade do óvulo e o grande dispêndio de tempo envolvido com afazeres domésticos e familiares. Nesse sentido, este modelo criminológico aduzia que as mulheres deveriam ser classificadas de acordo com os afazeres aos quais eram socialmente destinadas e aquelas que fugiam deste padrão, as criminosas, eram entendidas como desvio genético inferior ao da mulher normal. Além disso, os referidos positivistas apontavam somente os homens como detentores da capacidade criminosas, assim, mulheres criminosas eram monstros, correspondiam a bruxas e feiticeiras (LOMBROSO E FERRERO, 1893).

Nesse mesmo sentido, o modelo positivista defendia que as mulheres criminosas se categorizavam em outras três modalidades: aquelas que eram consideradas criminosas por natureza e que, apesar de seus “defeitos genéticos”, possuíam características semelhantes às dos homens e isso poderia as tornar, em alguns casos, até mesmo mais perversa que eles; as criminosas por ocasião, que utilizavam se seus “artifícios” femininos para cometer crimes como uma maior facilidade; e as criminosas por paixão, que cometiam os seus crimes movidas a seus sentimentos e emoções (LOMBROSO e FERRERO, 1893):

A correspondência entre a antropologia e a psicologia da criminosa é perfeita. Assim como a grande maioria possui poucas ou insignificantes características de degeneração, encontramos um grupo em que estas são quase mais marcadas e numerosas do que a que existe entre os homens; por isso,

enquanto a maioria das delinquentes femininas é levada ao crime, seja pela sugestão de uma terceira pessoa, seja por uma tentação irresistível, mas não que são inteiramente deficientes no sentido moral, há entre elas uma pequena proporção cujas propensões criminais são mais intensas e mais perversas do que as de seus equivalentes masculinos. São as criminosas natas, cuja extensão de sua maldade é inversamente proporcional a seu número (...) Outro ponto terrível da superioridade da criminosa nata feminina sobre o criminoso masculino reside na refinada e diabólica crueldade com que realiza seus crimes. Não a satisfaz apenas assassinar seus inimigos; ela acredita ser necessário vê-los sofrer, e conhecer o gosto completo da morte. (...) Vimos que, entre as criminosas, a sexualidade é sempre exagerada: esta é outra característica que aproxima a criminosa do homem criminoso; é por isso que a prostituição é sempre encontrada nessas mulheres, como um primeiro, e mais leve, delito. (...) Se a criminosa nata típica é mais completa e profundamente depravada que qualquer criminoso homem, o caso é bastante diferente com as criminosas ocasionais que formam a grande maioria das mulheres delinquentes. Nelas, a perversidade e os vícios apresentam-se de forma bastante mais suave, e não estão ausentes as virtudes mais elevadas de seu sexo, como a castidade e o amor materno. (...) Outra demonstração de que são falsas várias tradições atribuídas à mulher nos é dada pelas reações motivadas pela paixão, nas quais a mulher se mostra inferior ao homem, não tanto em relação à quantidade, mas porque a mulher criminosa tende a se aproximar, por vezes, do homem criminoso e, por vezes, da criminosa habitual. A premeditação e a perversidade desempenham um maior papel nos delitos passionais da mulher do que nos do homem. (LOMBROSO E FERRERO, 1893, p.184, 196)

Estas teorias estigmatizam a imagem da mulher criminosa, estabelecendo a semelhança de um ser fraco, tanto física quanto mental, evolutivamente inferior ao homem e submissa, resultado de “falhas genéticas”. Para Saffioti (2004, p.63), esta visão patriarcal acompanha as mulheres há aproximadamente 2603-4 anos, instaurada desde a Idade Média, com a premissa de que as mulheres são seres subalternos aos homens e incapazes de compreender normas ou se adequar ao que é estabelecido como moral pela sociedade:

Segundo esta historiadora austríaca, vivendo nos Estados Unidos desde a ascensão do nazismo, o processo de instauração do patriarcado teve início no ano 3100 a.C. e só se consolidou no ano 600 a.C. A forte resistência oposta pelas mulheres ao novo regime exigiu que os machos lutassem durante dois milênios e meio para chegar a sua consolidação. Se a contagem for realizada a partir do começo do processo de mudança, pode-se dizer que o patriarcado conta com a idade de 5.203-4 anos. Se, todavia, se preferir fazer o cálculo a partir do fim do processo de transformação das relações homem-mulher, a idade desta estrutura hierárquica é de tão somente 2.603-4 anos. (LOMBROSO E FERRERO, 1893, p.184, 196)

Outro autor que também desenvolveu teorias sobre a criminalidade feminina foi Otto Pollak publicando em 1961 a obra *Criminality of women*. Estudo desenvolvido em um contexto em que a criminalidade era exclusivamente associada a fatores biológicos, Pollak (1961) inovou ao considerar fatores sociais na análise da criminalidade feminina. Diferentemente do que se concebia na época, para Pollak (1961) as mulheres não cometiam menos crimes do que os homens, na verdade elas

eram mais habilidosas em esconder a prática criminosa.

Para o autor, as mulheres possuíam características biológicas que as tornavam mais astuciosas facilitando seu poder de manipulação, teoria esta que se aproxima com aquilo que Lombroso já defendia no século passado. Pollak (1961) afirma que esta capacidade feminina de dissimular a situação e ocultar suas ações geram fatores sócio-estruturais: “cifra-negra”, terminologia utilizada na criminologia para crimes que chegam ao conhecimento das autoridades, mas não constituem um processo criminal; e a sub-notificação de crimes, que são os delitos que ocorreram, mas não são delatados às autoridades, seja pelo seu desconhecimento ou por qualquer outra razão particular da vítima (POLLAK, 1961).

Pollak (1961) defendia que a sub-notificação estava relacionada com a dissimulação feminina, uma vez que não eram pegas por seus delitos, as mulheres não seriam processadas e nem condenadas, o que para ele não indica que elas eram menos propensas às práticas criminosas. Para o autor, as mulheres por estarem mais relacionadas a atividades domésticas, ou seja, à esfera privada, seus crimes normalmente acabam por vitimar as pessoas que se relacionam a elas, o que também dificulta a notificação.

Já quanto à “cifra-negra”, o autor relata que autoridades possuem dificuldades em punir mulheres, traduzido em uma suposta benevolência do Poder Judiciário, tendo em vista que crimes praticados por mulheres normalmente não envolvem violência e são crimes relacionados à esfera particular, como já mencionado, o que repercute em penas mais brandas. As teorias de Pollak (1961) foram amplamente criticadas e desmistificadas nos anos posteriores a publicação do estudo.

Com o início dos anos 60 e 70, ocorreram mudanças na teorias criminológicas que eram orientadas somente por fatores biológicos. A partir deste período passou a compreender o criminoso como resultado de um processo social complexo de interação social. No entanto, as compreensões sobre as mulheres permaneceram cerceadas por vieses biológicos. Sendo as críticas feministas responsáveis pela inclusão do gênero no estudo da Criminologia, notadamente com relação à vitimologia.

2.2. GÊNERO, RAÇA E CLASSE: INTERSECCIONALIDADE E APRISIONAMENTO DE MULHERES NO BRASIL

Nos últimos dados disponíveis no Brasil (INFOPEN, 2018), foi possível observar que houve um elevado crescimento da população carcerária feminina, colocando o país entre uma das maiores do mundo com 37.828 mil mulheres em cumprimento de alguma pena de restrição de liberdade. Em relatório anteriormente divulgado pelo Departamento Penitenciário Nacional, já foi constatado que o percentual de custodiadas aumentou 567% no período compreendido entre 2000 e 2014, mais do que o dobro do aumento que fora registrado para o público masculino, que foi de 220% no mesmo período.

Para dimensionarmos melhor, em parâmetros mundiais, quando do primeiro registro de dados de maneira comparativa, o Brasil já ocupava a quinta posição entre os países com maior número de custodiadas, ficando atrás somente dos Estados Unidos, China, Rússia e Tailândia (INFOPEN, 2018). Somente quatro anos depois, em 2018, o país passou da quinta para a terceira maior população carcerária feminina mundial (WALMSLEU, 2017). O “boom” de custodiadas foi observado ao redor de todo o mundo, os últimos dados demonstram que existe uma população de cerca de 714 mil mulheres em cumprimento de pena, o que indica uma majoração de 53% em números totais desde o ano de 2000 (WALMSLEU, 2017).

Em um curto período (comparando os levantamentos realizados pelo Infopen Mulheres em 2014 e 2018) em números totais, o percentual registrado do crescimento de mulheres em situação de privação de liberdade no Brasil subiu de 567% em 2014 para 675% desde o início deste milênio. Diversas são as razões que podem ter relação com esse fenômeno, como: desigualdade de gênero e de classe, envolvimento com o uso de entorpecentes, violência doméstica e familiar, a insuficiência ou a inexistência de oferta de oportunidades educacionais, profissionais e sociais.

As mulheres atualmente custodiadas, em sua maioria, são jovens (47,33% possuem entre 18 e 29 anos), identificam-se como negras (63,55% mulheres pretas ou pardas), têm baixa escolaridade (62% delas não chegaram a concluir o ensino médio enquanto 44% não concluíram ao menos o Ensino Fundamental), possuem ao menos um/uma filho/a (74% declararam que tinham filhos/as) e são solteiras (68% não possuem um/uma companheiro/a ao passo que as demais são casadas ou estão em uma união estável) (INFOPEN, 2018).

Possivelmente, estas mulheres compartilham muito mais do que características sociais em comum; elas compartilham vivências. Em sua maioria, são casos de mulheres com pouca ou nenhuma oportunidade de trabalho, mormente chefes de

famílias monoparentais, integralmente responsáveis por todas as demandas relacionadas ao cuidado e sustento destes filhos/as.

Um possível caminho para compreensão do problema do encarceramento feminino são as mudanças econômicas, sociais e políticas, que vêm alterando as circunstâncias vivenciadas pelas mulheres e as levando a um contexto de empobrecimento. Além disso, a execução equivocada de políticas públicas, que visam solucionar a superlotação das prisões sem observar a raiz da problemática, também contribui para o agravamento do fenômeno.

Ocorre que, para pensar na problemática envolvendo estas mulheres, é necessário realizar uma leitura em conjunto dos temas relativos ao gênero, raça e classe, vez que as opressões vivenciadas por elas constroem trajetórias únicas. Para tanto, utilizaremos como referência o perfil em comum das custodiadas que são mulheres negras/pardas e pobres, considerando a importância da temática quando relacionada ao público desta pesquisa.

Assim, o lugar ocupado socialmente pela mulher negra, mesmo muitos anos após a abolição, ainda é totalmente desfavorável a ela, impedindo sua ascensão social, profissional e econômica, colocá-la na posição que Sueli Carneiro (2003) costuma traduzir como “a última da fila depois de ninguém”:

(...) é válida a afirmação de que o racismo rebaixa o *status* dos gêneros. Ao fazê-lo, institui como primeiro degrau de equalização social a igualdade intragênero, tendo como parâmetro os padrões de realização social alcançados pelos gêneros racialmente dominantes. Por isso, para as mulheres negras atingirem os mesmos níveis de desigualdades existentes entre homens e mulheres brancos significaria experimentar uma extraordinária mobilidade social, uma vez que os homens negros, na maioria dos indicadores sociais, encontram-se abaixo das mulheres brancas. (CARNEIRO, 2003, p. 119)

Este cenário de invisibilidade social se altera quando analisamos as estatísticas prisionais e observamos que as mulheres negras compõem mais da metade da população carcerária feminina. Em sua maioria, estas mulheres ocupam um espaço de vulnerabilidade, pertencendo à base da “pirâmide social”. Isso porque, o contexto vivenciado por elas nos dias atuais possui raízes na história do Brasil e nada mais são do que desdobramentos das relações de poder que foram estabelecidas no período colonial. Tais circunstâncias são manifestadas por meio da pobreza, desemprego e marginalização vivenciada pela população negra em geral, o que para as mulheres negras se tornam ainda mais grave, vez que estão sujeitas a outras formas de controle social.

Caso fossemos considerar exclusivamente as opressões raciais que operam sob a vivências destas mulheres que podem conduzi-las ao seu envolvimento, elas já estariam em um espaço de fragilidades sociais. Tais circunstâncias são oriundas da história brasileira, notadamente no período colonial que estruturou concepções racistas que são difundidas até os dias atuais. Estas discriminações atuam direta e indiretamente de diversas formas nas experiências destas mulheres. A exemplo podemos considerar a oferta (ou ausência dela) de oportunidades destinadas a ascensão econômica destas mulheres, propiciando a elas o que podemos chamar de uma “remodelação” das posições sociais que elas ocupavam durante o período escravocrata (CARNEIRO, 2003; BENTO, 2022).

A elas são destinados cargos relacionados a atividades domésticas, como a de limpeza e de cuidado. Logo, a mulher negra que anteriormente estava servindo a elite branca, limpando sua casa, fazendo sua comida e cuidando de seus filhos continuou sendo mantida nos mesmos lugares. A permanência destas mulheres realizando estas mesmas atividades e muitas vezes recebendo quase o mesmo tratamento que no período colonial parece ser uma invariável e um fator comum entre as mulheres negras (BENTO, 2022).

O universo das trabalhadoras domésticas é o que mais concentra mulheres negras no Brasil. Em 2018, 6,2 milhões de pessoas do país tinham como ocupação o serviço doméstico remunerado, segundo estudo realizado por pesquisadoras do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) em 2019,2 categoria que comporta não só as mensalistas, mas também diaristas, babás, cuidadores, motoristas, jardineiros ou quaisquer outros profissionais contratados para cuidar continuamente dos domicílios de seus empregadores, bem como de suas famílias. E 68% dessas trabalhadoras que desenvolvem o serviço doméstico remunerado eram mulheres negras, cujo perfil é de baixa escolaridade e de origem familiar de baixa renda. Trata-se de uma invariável desde o período da escravidão, revelando permanência nas mesmas atividades realizadas na cozinha da casagrande, e muitas vezes recebendo tratamento similar ao que suas ancestrais receberam.(BENTO, 2022, p. 57)

Quando tratamos do sistema prisional, na obra *Estarão as prisões obsoletas?* Angela Davis (2003), ao discorrer sobre como o gênero estruturou as prisões, esclarece que as mulheres negras são vítimas de tripla discriminação. Isso porque, conforme já mencionado, as mulheres que cometem crimes fogem de estereótipos estabelecidos pelo patriarcado. Portanto, são punidas pelas sanções penais do crime que cometeram e pela discriminação social por ter rompido com as expectativas de gênero. Já para a mulher negra, a dupla punição (judicial e social) se soma com as opressões raciais o que desencadeia o abandono familiar e dificuldade em ressocializar.

Davis (2003) retrata na obra que a ressocialização que era esperada das

mulheres é através da execução de comportamentos tipicamente femininos, ou seja, aqueles associados com tarefas domésticas e de cuidado:

Seguindo o modelo dominante de prisões femininas durante o período, os regimes de Alderson se baseavam no pressuposto de que mulheres “criminosas” podiam se regenerar por meio da assimilação de comportamentos femininos adequados — isto é, tornando-se especialistas na vida doméstica —, especialmente cozinhar, limpar e costurar. (DAVIS, 2003, p. 54)

Logo, considerando o contexto social da mulher negra e pobre, tais punições não surtiriam os mesmos efeitos do que para uma mulher branca:

O treinamento que era, aparentemente, projetado para produzir boas esposas e mães, na verdade conduzia as mulheres pobres (e especialmente as mulheres negras) para trabalhar no “mundo livre” executando serviços domésticos. Em vez de esposas e mães qualificadas, muitas prisioneiras, depois da libertação, se tornavam empregadas, cozinheiras e lavadeiras de mulheres mais ricas. (DAVIS, 2003, p. 59)

Este texto reproduz perfeitamente os efeitos da intersecção das opressões de gênero, raça e classe. Enquanto a mulher branca sofre com discriminações de gênero que, embora em um primeiro plano possam parecer exatas àsquelas enfrentadas por mulheres negras, os efeitos são completamente diversos. Desse modo, faz-se necessária a utilização dos vieses da interseccionalidade como uma ferramenta analítica necessária para melhor compreender o envolvimento de mulheres com a criminalidade, bem como suas experiências com o cárcere.

Como uma melhor compreensão, Patrícia Hill Collins e Sirma Bilge na obra *Interseccionalidade* conceituam o termo da seguinte forma:

A interseccionalidade investiga como as relações interseccionais de poder influenciam as relações sociais em sociedades marcadas pela diversidade, bem como as experiências individuais na vida cotidiana. Como ferramenta analítica, a interseccionalidade considera que as categorias de raça, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade, capacidade, etnia e faixa etária – entre outras – são inter-relacionadas e moldam-se mutuamente. A interseccionalidade é uma forma de entender e explicar a complexidade do mundo, das pessoas e das experiências humanas.

Essa definição prática descreve o principal entendimento da interseccionalidade, a saber, que, em determinada sociedade, em determinado período, as relações de poder que envolvem raça, classe e gênero, por exemplo, não se manifestam como entidades distintas e mutuamente excludentes. De fato, essas categorias se sobrepõem e funcionam de maneira unificada. Além disso, apesar de geralmente invisíveis, essas relações interseccionais de poder afetam todos os aspectos do convívio social. (COLLINS e BILGE, 2020, p. 16 – 17)

Ocorre que “as experiências das mulheres negras não podem ser enquadradas separadamente nas categorias da discriminação racial ou da discriminação de gênero.” (CRENSHAW, 2004, p. 8). Para a feminista negra Crenshaw algumas opressões atuam unidas e elas devem ser lidas mutuamente. Ou seja,

trazendo as questões raciais para discussões que envolvam o gênero e trazer questões de gênero para contextos que abrangem violências raciais.

Para Crenshaw (1991) existem três dimensões de discriminação interseccional sofridas por mulheres negras: estrutural, política e representacional. O estrutural posiciona estas mulheres nos lugares sociais de maior inferioridade econômica e, por consequência, sem nenhuma dignidade humana, proporcionando a elas a marginalização; a política faz referência ao planejamento de políticas públicas que deixa de observar as circunstâncias diferenciadas vividas por estas mulheres, considerando um feminismo hegemônico branco; a representacional diz respeito a que maneira imagens ou discursos racistas e sexistas podem excluir as mulheres negras.

Tais conceitos são explorados no artigo *Mapeando as margens: interseccionalidade, política identitária e violência contra as mulheres de cor*, produção constantemente citada como sendo a origem da terminologia interseccionalidade:

(...) interseccionalidade estrutural, a forma como a localização das mulheres não-brancas na intersecção entre raça e gênero torna nossa experiência real de violência doméstica, estupro e reforma corretiva qualitativamente diferente da das mulheres brancas. (...) a interseccionalidade política, onde eu analiso como a política feminista e antirracista, paradoxalmente, muitas vezes ajudou a marginalizar a questão da violência contra as mulheres não-brancas. (...) a interseccionalidade representacional, com a qual me refiro à construção cultural de mulheres não-brancas. (CRENSHAW, 1991, p. 2)

O encarceramento em massa de mulheres, em especial das negras, pode ser considerado como uma manifestação das discriminações interseccionais propostas por Crenshaw. Na medida em que, ao se envolverem com atividades ilícitas como forma de prover melhores condições econômicas a si própria ou aos seus familiares, as mulheres negras estão em busca de oportunidades de ascensão econômicas que não lhes são ofertadas pela sociedade em razão de séculos de racismo e sexismo.

Sobre este contexto, Lélia Gonzalez expõe em sua obra *Por Um Feminista Afro Latino Americano* que o racismo e sexismo atuam de forma articulada e atingem mulheres negras de maneira única:

Como todo mito, o da democracia racial oculta algo para além daquilo que mostra. Numa primeira aproximação, constatamos que exerce sua violência simbólica de maneira especial sobre a mulher negra, pois o outro lado do endeusamento carnavalesco ocorre no cotidiano dessa mulher, no momento em que ela se transfigura na empregada doméstica. É por aí que a culpabilidade engendrada pelo seu endeusamento se exerce com fortes cargas de agressividade. É por aí, também, que se constata que os termos “mulata” e “doméstica” são atribuições de um mesmo sujeito. A nomeação vai depender da situação em que somos vistas (GONZALEZ, 2020, p. 71)

Além disso, como visto no trecho acima, para a autora o mito da democracia racial produz efeitos diretos nas desigualdades e fortalece uma estrutura social que

reproduz a violência e a exclusão da população negra. Gonzalez (2020) defende que o racismo e o sexismo no Brasil pertencem a uma mesma estrutura e que é a mulher negra que sofre os efeitos da atuação destas opressões.

3. CAMINHOS METODOLÓGICOS

3.1. O MÉTODO DE ANÁLISE

Nesta seção tenho como objetivo discorrer de forma detalhada acerca de quais caminhos utilizei na coleta de dados para minha pesquisa. Para atingir meu intuito, inicialmente, apresentei os dados utilizados, quais sejam, as narrativas pertencentes ao livro “*Encarceradas: quando a estrela de Natal não brilha*”, desenvolvido no âmbito do Projeto Encarceradas, realizado na Cadeia Pública de Londrina. Na mesma seção, explico como os dados foram coletados, detalhando as atividades de pesquisa do projeto.

Ainda, demonstro como foi construída essa base de dados primários, combinando os conteúdos originários análise documental com a metodologia de análise de conteúdo. Tenho como propósito demonstrar como trabalhar com essas ferramentas metodológicas foi uma escolha benéfica para a pesquisa.

Considerando essa abordagem, a metodologia qualitativa desempenha um papel primordial para minha pesquisa, pois ela nos proporcionou uma base sólida para a investigação que desenvolvi. Este método é essencial para análise de textos/frases como materiais empíricos, conforme foi desenvolvido neste estudo, possuindo como finalidade examinar a perspectiva e o conhecimento do sujeito da pesquisa acerca do assunto que será investigado (FLICK, 2009).

A pesquisa qualitativa trabalha com conjuntos de fenômenos humanos (MINAYO, 2009) e, nesta, a metodologia foi utilizada para analisar as experiências e modos que as mulheres privadas de liberdade atribuem sentidos as suas vivências. É a partir de relatos escritos de próprio punho por essas mulheres que foi possível chegar o mais perto possível de compreender suas experiências e os caminhos que as levaram ao encarceramento.

Para tanto, empreguei a análise documental como método capaz de se aproximar dos relatos das trajetórias das mulheres em situação de privação de liberdade. De modo os documentos podem relatar as trajetórias, de uma maneira que viabilize a sua exploração, mas sem influenciar os dados, o que eventualmente pode ocorrer pela

presença do pesquisador ou da sua interferência durante a coleta (CELLARD, 2008). E, nesta pesquisa, foram utilizadas narrativas escritas pelas próprias detentas, nas quais relatam suas histórias de vidas de maneira livre, sem questionamentos ou intervenções.

A importância desse método de pesquisa é evidenciada por Tim May, que considera que “os documentos, lidos como a sedimentação das práticas sociais, têm o potencial de informar e estruturar as decisões que as pessoas tomam diariamente e a longo prazo; eles também constituem leituras particulares de eventos sociais”. Para a autora, o documento pode ser considerado uma representação de um padrão social, além de ser útil tanto por aquilo que possui em seu conteúdo como pelo o que o indivíduo deixa de registrar (MAY, 2004, p. 205).

Consideradas as limitações que podem ocorrer na utilização do método, como o fato do documento representar um instrumento que o pesquisador não domina, ou seja, que não lhe não pode exigir complementações. Para Cellard (2008) é preciso que o pesquisador tenha em mente que “é impossível transformar um documento; é preciso aceitá-lo tal como ele se apresenta, tão incompleto, parcial ou impreciso que seja”. Por outro lado, o documento escrito também pode constituir uma fonte de extrema importância e, em alguns casos, representar como testemunho exclusivo de acontecimentos particulares ocorridas em um passado recente (CELLARD, 2008).

A investigação documental, assim como outros métodos de pesquisa, é composta por fases para possibilitar um maior aproveitamento dos dados. Desse modo, pode-se dizer que a análise documental é um processo utilizado pelo pesquisador, no qual utiliza métodos e técnicas capazes que facilitar a apreensão e compreensão dos mais variados documentos.

Como bem esclarece Pimentel (2001), “o material pesquisado sobre essa metodologia raramente apresentava o percurso do pesquisador, desde o momento em que estabelece sua meta de pesquisa até as conclusões apresentadas mediante a análise”. E, o percurso a ser percorrido pelo pesquisador se inicia com um processo de “garimpagem” de documentos, que é orientado pelo problema de pesquisa e seu objetivo. A partir dos quais serão selecionados aqueles que servirão como fonte primária dos dados para a pesquisa, que, posteriormente, serão codificados e receberão tratamento para possibilitar a análise.

Encerrada a seleção de dados através da análise documental, utilizei o método de Análise de Conteúdo para me auxiliar na organização das informações presentes nas narrativas. Este método foi fundamental, pois permite a identificação de padrões nos textos e possibilita ir além das simples descrições textuais. Com ele é possível ter um olhar amplo sobre os elementos presentes nos textos e as construções sociais que os permeiam.

Este método representa uma valiosa ferramenta para compreender os significados dos discursos dos atores sociais. E foi através da utilização da Análise de Conteúdo que pude compreender como determinadas ações refletem nas interações sociais das mulheres que participaram da pesquisa. Deste modo, lançando mão de uma perspectiva de gênero, me propus nesta dissertação a compreender e responder o seguinte problema de pesquisa: de que forma marcadores sociais estruturam a trajetória e influenciam o envolvimento de mulheres com dinâmicas criminais do tráfico de drogas, considerando, para tanto, suas experiências anteriores ao encarceramento?

Antes de adentrarmos na análise propriamente dita, faz-se necessário breves explicações acerca do método e como desenvolvi cada uma das etapas. Para Bardin (1977), a análise de conteúdo pode ser descrita como um conjunto de técnicas que permite analisar comunicações, utilizando, para tanto, de procedimentos sistemáticos e objetivos com vistas a descrever o conteúdo das mensagens. As técnicas empregadas permitem a inferência de conhecimentos que se relacionam com a produção e recepção das narrativas.

A Análise de Conteúdo possui quatro fases: a organização da análise, a codificação, a categorização e a inferência, tratarei sobre cada uma delas nesta seção. A primeira delas, a organização da análise ou pré-análise, objetiva tornar as ideias iniciais operacionais e sistematizadas, de modo a possibilitar o estabelecimento de um plano de atuação a partir do material disponível. É nesta etapa que são escolhidos os documentos que serão submetidos à análise, são formulados os objetivos e as hipóteses, bem como os o levantamento das evidências que irão fundamentar a interpretação final. São três fases que não seguem uma ordem cronológica, embora estejam ligados um ao outro, vez que a escolha de documentos depende do objetivo e este só é possível de ser explorado a partir da escolha daqueles (BARDIN, 1977).

3.2. **ANÁLISE DAS TRAJETÓRIAS DE MULHERES AUTORAS DE CRIMES, COM BASE NO LIVRO “ENCARCERADAS: QUANDO A ESTRELA DE NATAL NÃO BRILHA”**

A análise preliminar realizada nesta pesquisa teve como ponto de partida a delimitação dos sujeitos, quais sejam, mulheres em situação de privação de liberdade na cidade de Londrina/PR. Objetivo analisar a trajetória dessas mulheres, a fim de compreender como marcadores sociais estiverem presentes e influenciaram seu envolvimento com dinâmicas criminais. Para isso, desenvolvi a busca por documentos que contivessem textos que fossem escritos pelas próprias sujeitas, ou também denominados como documentos pessoais (CELLARD, 2008). Estes permitiram-me ter um olhar aproximado das suas realidades e tornariam a pesquisa mais efetiva.

A busca pelos documentos foi realizada em sítios eletrônicos oficiais que continham notícias sobre a divulgação destes materiais, como a Rede Lume¹, que divulgou uma matéria sobre a publicação de um livro pelas mulheres da Cadeia Pública de Londrina, o tabloide Brasil de Fato que realizou publicação semelhante² e o sítio eletrônico da Prefeitura Municipal de Londrina³.

Surgiram três livros que poderiam ser elegíveis para a pesquisa: a coletânea Encarceradas, que contava com dois volumes, sendo eles “Quando a estrela de Natal não brilha”, “Amor Bandido” e o livro único “Uma vontade enorme de gritar”. Este último foi descartado logo de início, pois se tratavam de poemas escritos pelas mulheres, o que dificultava minha análise das suas trajetórias, considerando a subjetividade presente na análise de seu conteúdo.

Dessa maneira, restou como fonte a coletânea Encarceradas cuja divulgação nos meios jornalísticos apontava para a publicação de dois livros. No entanto, em

¹ Mulheres em situação de privação de liberdade da Cadeia Pública de Londrina lançam livro com histórias de vida
<https://redelume.com.br/2022/08/16/cadeia-feminina-lanca-livro/>

² "Encarceradas" conta histórias de vida de detentas da Cadeia Pública de Londrina (PR)
<https://www.brasildefatopr.com.br/2022/08/17/encarceradas-conta-historias-de-vida-de-detentas-da-cadeia-publica-de-londrina-pr>

³ E-book traz textos produzidos por detentas da Cadeia Pública Feminina de Londrina
<https://blog.londrina.pr.gov.br/?p=163441>

busca realizada nas editoras apontadas como responsáveis pela publicação, só foi possível ter acesso a um deles, o livro “Quando a estrela de Natal não brilha”. A obra é composta por 10 narrativas apócrifas que foram escritas por mulheres em cumprimento de pena de restrição de liberdade na Cadeia Pública Feminina de Londrina. Assim, elegi esta obra como fonte de dados primários para a pesquisa, considerando sua adequação ao objetivo proposto.

A produção dos textos ocorreu durante o desenvolvimento do Projeto Encarceradas, idealizado por Soraya Soria Salles Ursi, agente penitenciária e gestora da Unidade Prisional, Juliana Maria de Camargo Chaga e Cecília Teixeira da Silva, ambas guardas temporárias prisionais.

O Projeto Encarceradas foi homologado através do Pedido de Providências n.º 0071536-13.2020.8.16.0014, no dia 15/12/2020, esse justificou diante do cenário enfrentado pela pandemia da COVID-19. Naquele momento, as aulas presenciais que eram realizadas dentro da Unidade Prisional estavam suspensas, a fim de cumprir as orientações sanitárias para contenção do vírus. Neste cenário surgiu a proposta do referido Projeto, como meio de complementar as atividades educacionais, de igual modo, a remição da pena pela leitura e pela escrita dos contos.

A consecução das atividades foi dividida em três ciclos, que correspondiam a um trimestre cada um. Ao final de deste período, os dez melhores contos eram escolhidos para a publicação de um livro. O objetivo era que cada ciclo seria norteados por uma temática alusiva a uma data comemorativa. Dentro de cada período/ciclo, as atividades seriam desenvolvidas em 3 fases, a primeira delas destinadas às orientações para construção dos textos, na qual haveriam instruções quanto às regras que deveriam ser observadas, como quantidade de laudas, a utilização de nomes fictícios e uma narração consistente. Aqueles que preenchessem os requisitos desta fase avançariam para a próxima.

Já na segunda fase, denominada de “Círculos de Justiça Restaurativa” foi direcionada por uma psicóloga do Departamento Penitenciário. O objetivo era a restauração dos sentimentos originados pela produção do texto anterior, com o intuito de construir uma perspectiva que busca trazer à tona metas futuras, ressignificando vivências para romper os ciclos passados que, muitas vezes, resultam em idas e vindas no Sistema Prisional.

Encerrada a fase anterior, agora com uma perspectiva positiva sobre o futuro e as possibilidades e oportunidades viáveis para o futuro, as mulheres reescrevem suas narrativas. Em todas as fases, o Projeto Encarceradas buscava o exercício de uma atividade reflexiva com as mulheres em situação de privação de liberdade, para que, ao relembrar suas trajetórias, estas mulheres se questionassem sobre suas motivações, o que poderia ser diferente ou o que havia acarretado aquele acontecimento. Através deste exercício reflexivo, o Projeto tinha ainda o intuito de viabilizar ressocialização das participantes, buscando uma reflexão sobre os acontecimentos que resultaram no seu encarceramento.

Tendo em vista que se trata de uma população extremamente estigmatizada, optar pelo desenvolvimento das narrativas da seguinte maneira permitiu que elas ditassem o ritmo dos relatos e quais assuntos eram pertinentes ou não, permitindo que elas desenvolvessem autonomia da construção da sua história.

Finalizados os três ciclos de atividades, 10 textos foram escolhidos para compor a obra. No livro que utilizei em minha pesquisa, são dez narrativas em que as mulheres se autodenominam como “Maria”. O nome é uma forma de manter as suas identidades resguardadas, mas também de demonstrar a proximidade dessas trajetórias com a de muitas outras mulheres, considerando que o nome em questão pertence a 11,7 milhões de mulheres em todo o Brasil (VIEIRA, 2016).

Com a temática voltada à festividade do Natal, o livro pioneiro do projeto, buscou gerar nas participantes reflexões sobre suas vivências durante o período natalino, além de refletir sobre o impacto do afastamento familiar causado pelo encarceramento, notadamente durante esta época do ano. A obra também buscou trazer à tona seus anseios futuros para um cenário em que não estão mais encarceradas ou em cumprimento de penas.

As profissionais organizadoras do livro são Soraya Soria Salles Ursi, Juliana Maria de Camargo Chaga e Cecília Teixeira da Silva, sendo também as idealizadoras do projeto. O livro também conta com um prefácio escrito pelo Juiz de Direito da Vara de Execuções Penais de Londrina, Katsujo Nakadomari, que ainda proferiu a decisão que autorizou o desenvolvimento das referidas atividades e a concepção da remição de pena através da escrita das narrativas.

Katsujo Nakadomari foi Juiz de Direito por 30 anos com atuação relevante na

Vara de Execuções Penais de Londrina, com o desenvolvimento de diversos projetos que visavam construir oportunidades de reinserção na sociedade dos detentos da Comarca. Dentre os quais se destaca o projeto pioneiro que visava fornecer a pessoas privadas de liberdade, condenadas em regime fechado, o acesso a universidades públicas e privadas, sendo uma delas a Universidade Estadual de Londrina (PARANÁ, 2021).

Além deste, ele também esteve a frente da implantação do projeto que forneceu curso preparatório pré-vestibular para 50 detentos da Penitenciária Estadual de Londrina (PEL) II, As aulas foram custeadas com recursos do Conselho da Comunidade de Londrina e foram autorizadas por Katsujo Nakadomari (AGÊNCIA UEL, 2019).

Com o propósito de compreender o contexto no qual nos textos foram escritos, foram extraídas informações do Pedido de Providências, e também do Relatório de Inspeção da Cadeia Pública Feminina de Londrina, realizado pela Defensoria Pública do Paraná. A unidade prisional é destinada à custódia de mulheres cumprindo condenações ou com prisão preventiva. Não há separação entre as mulheres em situação de privação de liberdade provisórias e condenadas, assim como não há para aquelas que são reincidentes das primárias (DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ, 2024).

Possuí capacidade para 169 mulheres em situação de privação de liberdade, mas, em setembro de 2024, contava com 266 mulheres com sua liberdade privada. Há 03 galerias de convívio, 01 cela para seguro (local destinados às mulheres em situação de privação de liberdade que estão expostas a riscos com sua segurança) e 02 celas de triagens (destinadas às mulheres em situação de privação de liberdade que chegam na Unidade Prisional, onde permanecem por 30 dias). As 03 galerias de convívio são divididas em: i) galeria A, com 5 celas; ii) galeria B – 05 celas; e, iii) galeria, com 4 celas. Existem, ainda 02 pátios destinados aos banhos de sol (DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ, 2024).

A cela destinada ao seguro, no momento da inspeção haviam de 19 mulheres em situação de privação de liberdade, sendo que 1 delas dormia no chão, o local não possui ventilação adequada. As galerias A e B possuem 5 celas destinadas 06 mulheres, mas contavam com 14 mulheres, por essa razão todas as detentas deveriam dormir dividindo um colchão de solteiro, sendo que duas delas dormiam no

chão.

Não há ventilação natural e a iluminação precária causa umidade nas paredes. As celas da galeria C são razoavelmente maiores que àquelas das galarias A e B, possuem exaustores e ventiladores, mas não insuficientes para ventilação dos locais. Nelas, estão reclusas 27 mulheres, sendo que 3 precisam dormir no chão. Já a cela destinada à triagem, são muito pequenas e superlotadas, o que gerou reclamação entre elas-(DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ, 2024).

No Relatório de Inspeção realizado em 2023, a gestora da Unidade Prisional informou que não haviam grávidas dentre as mulheres em situação de privação de liberdade. Além disso, que 3 delas eram idosas, 1 possuía deficiência auditiva e 1 deficiência visual, não sendo mencionado se há qualquer adaptação ambiental para atendê-las. Conformado informado pela chefia, aproximadamente metade das mulheres estavam em situação de rua e/ou faziam uso abusivo de álcool e drogas ilícitas (DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ, 2023).

O banho de sol ocorre duas vezes na semana, das 14h às 16h, e é obrigatório para todas as mulheres. O pátio onde a atividade ocorre não possui cobertura e nem bebedouro. Segundo o que consta no Relatório de Inspeção, até mesmo mulheres idosas e com dificuldade de locomoção que não gostariam de participar do banho de sol devem permanecer no pátio durante o período estipulado (DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ, 2023).

Sobre a alimentação fornecida, as informações relatadas pelas mulheres à equipe da Defensoria Pública foram divergentes. Alguns informaram que a qualidade dos alimentos é regular, enquanto outras relataram ser péssima, havendo ocasiões em que a comida fornecida estava estragada e/ou azeda. Elas também afirmaram que comida era distribuída de forma desigual, de modo que aquelas que estavam no “final da fila” não recebiam qualidade suficiente (DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ, 2023).

Soma-se todo esse contexto estrutural/social no qual estavam vivendo com a pandemia do COVID-19, momento em que os textos foram produzidos. Por certo o cenário pandêmico agravou as circunstâncias do cárcere, uma vez que, além de estarem mais expostas à contaminação pelo vírus em razão da superlotação, também se mantiveram distantes de seus familiares com a suspensão das visitas.

Todas as narrativas que compõem o livro possuem diversas semelhanças, demonstrando que estas mulheres já estiveram em inúmeras situações similares que podem tê-las levado ao mesmo caminho: o cárcere. A partir dessas narrativas é possível identificar os inúmeros fatores sociais que permeiam o envolvimento dessas mulheres com dinâmicas criminais do tráfico de drogas, como a dificuldade em obter trabalhos formais, escassez de recursos financeiros, a necessidade de garantir a subsistência da família, o desejo de pertencimento a um grupo social, a manutenção de laços afetivos e/ou de relacionamentos amorosos, dentre outros.

Esses aspectos serão analisados no decorrer desta pesquisa através da utilização destas narrativas, que permitem compreender questões sociais presentes nas trajetórias destas mulheres, além de possibilitar a busca por respostas capazes de responder os objetivos e o problema sociológico desta dissertação.

Com base em Bardin, a etapa de pré-análise iniciou-se com leitura da obra “Encarceradas: quando a estrela de Natal não brilha”, a qual foi escolhida tendo em vista o universo de documentos para análise. A formulação de objetivos e hipóteses só ocorreram após a realização da leitura flutuante de todas as narrativas em conjunto. Para Bardin (1977), com a utilização desta técnica aos poucos “a leitura vai- se tornando mais precisa, em função de hipóteses emergentes, da projeção de teorias adaptadas sobre o material e da possível aplicação de técnicas utilizadas sobre materiais análogos”. (1977, p. 96).

Assim, inicia-se a constituição do corpus para submissão da análise e utilizando a regra da pertinência, realizei a seleção de 2 narrativas para compor o banco de dados empíricos, quais sejam: *Maria e Seu Pedacinho do Céu* e *Maria Beatriz e Seus Laços Familiares*. Elegi como critério para inclusão na pesquisa o envolvimento criminoso com o tráfico de drogas.

Com a escolha das narrativas, pude identificar padrões nas escritas das mulheres, o que foi essencial para iniciar a etapa seguinte da Análise de Conteúdo: a codificação. Iniciei, portanto, o tratamento do material obtido, etapa exaustiva que necessita de atenção minuciosa, considerando as diversas possibilidades exploratórias que os dados empíricos. Codificar os dados brutos corresponde a transformá-los e para possibilitar uma representação do conteúdo que pretende ser explorado. É por meio da codificação que a análise começa a se tornar factível, pois os dados que eram brutos passam a ser sistematizados em códigos, permitindo a

descrição de seu conteúdo conforme os objetivos e hipóteses já estabelecidos na fase anterior (BARDIN, 1977).

A estruturação destes códigos se dá através da elaboração de Unidades de Registro (UR) e Unidades de Contexto (UC), as quais devem ter suas escolhas realizadas observando a pertinência com relação ao material escolhido e aos objetivos almejados. Ambos os códigos estão interligados, de modo que a UC é necessária para interpretação das UR. Bardin (1977) considera como UR “a unidade de significação a codificar e corresponde ao segmento de conteúdo a considerar como unidade de base, visando a categorização e a contagem frequencial”. As Unidades de Registro possuem dimensões variáveis, destacam-se recortes realizados a níveis semânticos (os temas) e a nível linguístico (palavra ou frases).

Para esta dissertação optei pela escolha das UR baseando-me em níveis semânticos, quais sejam, os temas que se manifestavam com maior frequência e eram aptos a auxiliar na análise do meu objetivo de pesquisa. Bardin (1977) define que realizar uma análise temática “consiste em descobrir os núcleos de sentido que compõem, a comunicação e cuja presença, ou frequência de aparição podem significar alguma coisa para o objeto analítico escolhido” (1977, p. 105).

O tema é frequentemente utilizado como Unidade de Registro para estudar motivações, opiniões e atitudes, o que explica sua adequação a pesquisa aqui desenvolvida e preparação do material se deu tomando como base os acontecimentos. Conforme os fatos eram narrados pelas mulheres, observando a frequência que os temas apareciam, as Unidades de Registro foram construídas.

A análise temática representa a descoberta por núcleos de sentido que integram a comunicação cuja a presença ou a regularidade com que aparecem podem significar algo para o objetivo da pesquisa. E, seguindo esta lógica, o material utilizado nesta pesquisa foi preparado para análise. Assim, conforme os fatos eram narrados pelas mulheres, observando a frequência que os temas apareciam, as Unidades de Registro foram construídas.

Segue-se, portanto, para próxima fase da exploração do material: a categorização. Esta etapa é definida como “uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto, por diferenciação e, seguidamente, por reagrupamento, segundo o gênero (analogia), com critérios previamente definidos.

(BARDIN, 1977, p. 117). Logo, as categorias agrupam elementos (ou Unidades de Registro) sob um mesmo título, por razão da sua similaridade de conteúdo. Nesta dissertação, utilizei como base para classificar as categorias o critério semântico, ou seja, as categorias foram definidas a partir de temas gerais que reuniram Unidades de Registro. A exemplo, a categoria Criminalidade reuniu as Unidades de Registro 1 – Tráfico de Drogas e 2 – Prisão.

Ao organizar os elementos em categorias, torna-se necessária a investigação daquilo que eles têm em comum. No exemplo acima citado, na categoria Criminalidade, presente nesta dissertação, são reunidas as Unidades de Registros que possuem como motriz o envolvimento das mulheres investigadas em práticas criminosas, com o intuito de compreender como essas dinâmicas criminais foram se desenvolvendo em suas trajetórias até levá-las ao encarceramento e, a partir disso, conceber, como se deu a experiência dentro do cárcere. Dessa forma, a categoria em que estão reúne elementos da mesma temática, de modo a possibilitar a investigação do objetivo da pesquisa.

A categorização é processo que “tem como primeiro objetivo (da mesma maneira da análise documental) fornecer, por uma condensação uma representação simplificada dos dados brutos” (BARDIN, 1977, p. 119). Pode-se concluir que esta etapa da Análise de Conteúdo se caracteriza pela passagem dos dados brutos para dados organizados e simplificados em agrupamento temáticos. É um procedimento que comporta duas etapas: o inventário e a classificação. Aquele representa o isolamento dos elementos, enquanto o último a repartição dos elementos a fim de impor uma certa organização.

Para que uma categoria seja considerada boa é necessário que possua as seguintes qualidades: a exclusão mútua, a homogeneidade, a pertinência, a objetividade e a fidelidade e, por fim, a produtividade. Essas qualidades são definidas por Bardin (1977).

A exclusão mútua: Esta categoria estipula que cada elemento não pode existir em mais de uma divisão. As categorias deveriam ser construídas de tal maneira que um elemento não pudesse ter dois ou vários aspectos suscetíveis de fazerem com que fossem classificados em duas ou mais categorias [...].

A homogeneidade: O princípio da exclusão mútua depende a homogeneidade das categorias. Um único princípio de classificação deve governar a sua organização. Num mesmo conjunto categorial, só se pode funcionar com um

registro e com uma dimensão da análise. Diferentes níveis de análises devem ser separados em outras tantas análises sucessivas. [...]

A pertinência: Uma categoria é considerada quando está adaptada ao material de análise escolhido, e quando pertence ao quadro teórico definido. [...] O sistema de categorias deve refletir as intenções da investigação, as questões analíticas e/ou corresponder às características das mensagens.

A objetividade e a fidelidade: [...] As diferentes partes de um mesmo material, ao qual se aplica a mesma grelha categorial, devem ser codificados da mesma maneira, mesmo quando submetidas a várias análises. [...] O organizador da análise deve definir claramente as variáveis que trata, assim como deve precisar os índices que determinam a entrada de um elemento numa categoria.

A produtividade: [...] Um conjunto de categorias é produtivo se fornece resultados férteis: férteis em índice de inferência, em hipóteses novas e em dados exatos. (BARDIN, 1977, p. 120 e 121).

Superadas as duas etapas de categorização, o inventário e a classificação, observando as qualidades desejáveis para obtenção de boas categorias, os dados brutos desta pesquisa foram organizados em 4 categorias, sendo elas: Criminalidade, Laços Afetivos, Festividades e Gênero. Elas foram divididas desta maneira tendo em vista que cada uma delas permite compreender dimensões específicas e interligadas da presença dos marcadores sociais e das vulnerabilidades que atravessam as narrativas das mulheres.

Na categoria Criminalidade selecionei relatos que constituem o eixo central desta pesquisa, uma vez que reúnem narrações não só sobre seu envolvimento com as dinâmicas criminais, mas também sobre os fatores sociais que se fizeram presentes no momentos da agência delas. Já na categoria Laços Afetivos busco analisar o papel das relações familiares e amorosas, que podem atuar tanto como um suporte como um intensificador das vulnerabilidades já enfrentadas. A categoria Festividades está diretamente relacionada com a temática do livro, o qual possui o Natal como um marcador temporal. Através desta última categoria é possível realizar um paralelo entre as experiências antes e após o encarceramento. Por último a categoria Gênero, o principal eixo de análise, a partir da qual busca-se evidenciar, por meio dos relatos, as opressões que se fizeram presentes em suas vivências e a maneira como operaram.

Para a construção da metodologia utilizei o procedimento de organização

baseado em grelhas categoriais, as quais são projetadas sobre os conteúdos das Unidades de Registro. Portanto, as 4 categorias de análise descritas acima possuem 11 Unidades de Registro, as quais estão divididas em 2 grelhas verticais, cada uma correspondendo a uma das narrativas analisadas, o que resulta no seguinte esquema: Quadro 01 – Categorias e URs de análise vertical

CATEGORIAS	UNIDADES DE REGISTRO
1. Criminalidade	1.Tráfico de drogas
	3. Prisão
2. Laços afetivos	4.Maternidade
	5.Família de origem
	6.Abandono/solidão
	7.Relacionamentos amorosos
3.Festividades	8. Antes do encarceramento
	9.Após o encarceramento
4. Gênero	10.Violência
	11. Interseccionalidade (gênero, raça e classe)

Fonte: Organizado pela autora

A organização do material empírico desta forma possibilitou uma análise aprofundada das trajetórias das mulheres encarceradas, vez que desse modo é possível esmiuçar trechos dos textos e compreender as questões sociais nele presente. Assim, para que fosse mantida a fidelidade ao que consta nas narrativas, foram transcritos os trechos de forma integral para auferir seus significados. Isso se deu conforme os temas eram identificados durante a leitura e os trechos separados em Unidades e Registro.

4. ANÁLISE EMPÍRICA

A análise se desenvolveu de forma segmentada, conforme as categorias anteriormente definidas, uma vez que os conteúdos das Unidades de Registro nelas inseridas, por diversas vezes, podem se relacionar, de modo que o exame de seus elementos implica uma relação codependência entre tais Unidades.

Assim, iniciei tratando sobre questões relacionadas à criminalidades, sendo elas o envolvimento das mulheres com o tráfico de drogas e, posteriormente, sua experiência já dentro da prisão. Na sequência, abordaremos as questões que permeiam os laços afetivos destas mulheres, passando pela maternidade, a representação (ou a falta dela) da família de origem, além de tratar sobre os relatos de abandono e seus relacionamentos amorosos.

Dando seguimento, fiz um comparativo entre a representação social das festividades para estas mulheres, sendo que estes relatos se baseiam em experiências dentro e fora do cárcere. Para finalizar a análise, abordarei os relatos sobre a violência vivenciadas por estas mulheres e aqueles que relacionam com a interseccionalidade.

4.1 CRIMINALIDADE

Dados relacionados ao perfil das mulheres apontam que nas últimas décadas, para além do crescimento exponencial da população, deste número expressivo, mais da metade são mulheres que cometeram ações que se enquadram no crime de tráfico de drogas, podendo ser a de protagonismo na mercância ou até mesmo organização criminosas, mas em grande parte das vezes se trata de um papel secundário, de atividades de menor importância.

Muitas são as questões sociais que permeiam as experiências destas mulheres, como a feminilização de pobreza, sendo a criminalidade como uma estratégia de sobrevivência para mulheres que, na maior parte dos casos, são chefes de famílias monoparentais. Tais circunstâncias são relatadas na narrativa *Maria e seu pedacinho do céu*, no texto, são expostas experiências em que a interlocutora se via como a única responsável financeira por seu filho, o que resultava em insuficiência de recursos:

Natal de 2011, eu com talões de água e luz atrasados, tudo para ser cortado a

qualquer momento, meu filho estava com 1 ano e 8 meses, já sabia pedir as coisas. Fui à padaria comprar um saquinho de leite e ele me pediu um doce que era cheio de bolinhas coloridas junto vinha um brinquedinho, me lembro como se fosse hoje custava só 5 reais e eu não tinha como comprar, meu filho começou a chorar e fazer birra no meio da padaria, me lembro que um rapaz que estava tomando cerveja deu o doce para ele, eu agradei envergonhada e naquele dia 25 de dezembro de 2011 eu me revoltei profundamente com a vida. (URSI et. al., 2022, p. 59)

Em outro trecho da narrativa, a interlocutora apresenta o sentimento de dualidade da satisfação em conseguir condições financeiras melhores através da criminalidade e o medo das consequências jurídicas que o ato poderia trazer, sendo ele o afastamento familiar:

Estava com contas atrasadas, por mais que eu trabalhava sozinha era muito difícil, eu não conseguia mais nem dar um doce para o meu filho de 5 reais em pleno Natal, me revoltei e comecei a traficar, eu tinha medo de ser presa, ficar longe do meu filho, mas já não faltava mais nada em casa. (URSI et. al., 2022, p. 59)

A narradora expõe essa condição durante vários trechos de seu relato, uma experiência ambivalente, sinalizada pela tensão entre o ganho econômico e a iminente ruptura/afastamento de laços familiares decorrentes das consequências do envolvimento criminal. Além disso, a narradora ressalta novamente sua maternidade solo, possivelmente sem rede de apoio, gerando uma sobrecarga emocional, econômica e social.

No começo de 2013 resolvi parar de traficar, tinha medo de ser presa, ficar longe do meu filho e do meu namorado, eu tinha um bom dinheiro do tráfico fiquei desempregada até eu colocar meu filho em uma creche, para ajudar tinha um dinheiro do tráfico guardado, fui usando, mas sem ostentar. O problema é que o dinheiro que eu tinha acabou e ainda não havia conseguido emprego e só meu namorado trabalhando, começou a faltar as coisas passamos a discutir constantemente e claro ele me abandonou. Mais uma vez sozinha, a única solução que eu enxergava era o tráfico, voltei a traficar, ganhar dinheiro e não era pouco, eu traficava em cidades pequenas, mas quanto mais eu ganhava mais eu gastava e ostentava, mas apesar de tudo de errado que eu fazia nunca deixei meu filho ver ou ter contato com nada de ilícito. (URSI et. al., 2022, p. 60)

Mesmo ciente das consequências de suas ações, ou seja, sem subestimar a possibilidade de ser presa pela prática do crime, a narradora ainda assim se vê sem grandes oportunidades. A decisão de se manter no cenário criminoso é atravessada pela necessidade financeira, o medo e a responsabilidade materna.

Em um ato de desespero resolvi aceitar o convite de picar e embalar drogas, todos os dias eu deixava meu filho na escola e de lá descia em uma casa, picava e embalava as drogas, trancava a casa e deixava a chave em um lugar combinado, ia embora e ganhava um dinheiro para fazer isso. Fiquei um mês

aproximadamente fazendo isso, senti meu coração apertar, um mal pressentimento, e falei para a dona das drogas que eu não ia mais fazer aquilo pois estava com medo de ser presa. No dia que ela falou para eu desenterrar as drogas, embalagens e devolver, que ela ia passar pegar e acertar nosso combinado foi tarde, a polícia chegou antes dela e mais uma vez fui presa em flagrante. (URSI et. al., 2022, p. 63)

Como se vê no conteúdo dos relatos da narrativa *Maria e seu pedacinho do céu*, são reproduzidos padrões presentes na experiências de grande parte das mulheres que se envolvem com a criminalidade, como: a feminilização a pobreza, que se relaciona com a precariedade de oportunidades de emprego. A narradora se apresenta como única fonte financeira para sustento do seu filho, trazendo para a questão o peso social da maternidade. Desse modo, o tráfico representa uma estratégia de sobrevivência marcada pela dualidade moral.

Já os relatos presentes na narrativa de *Maria Beatriz e seus laços familiares*, além de reforçar o padrão de que o envolvimento com a criminalidade está ligado à precariedade financeira, também traz à tona um novo elemento que é a exposição feminina ao crime através de dinâmicas que envolvem seus relacionamentos amorosos.

A narradora expõe no texto que não tinha ciência da atividade criminosa realizada por seu companheiro amoroso e que, inclusive, tal conduta poderia resultar em consequências negativas para a relação. No entanto, segundo o relato, por precariedades financeiras, ele aceita guardar o entorpecente na sua residência, acreditando que se tratava de algo temporário.

Junto com Rubinho trabalhava um rapaz que contou que havia uma forma de conseguir uma grana extra, que ele poderia conseguir dar uma amenizada na situação. Eles estavam com água e luz para vencer, pagavam aluguel e ainda faziam o tal tratamento. Então o rapaz explicou para Rubinho que um amigo dele pagava o aluguel da casa para guardar uma certa quantidade de drogas e que cada vez que precisasse mexer na droga ele pagaria mais 150,00 reais. No primeiro momento Rubinho se recusou, pois lembrou tudo o que passou e tinha certeza de que Bibi não concordaria.

[...] Com o passar dos dias as coisas cada vez mais difíceis, Rubinho parou e pensou, se eu pegar somente para guardar até dar uma melhorada na minha situação, não vou correr risco de nada. Então foi para o serviço e conversou com o rapaz, que passou o número de telefone do dono da droga. (URSI et. al., 2022, p. 75 - 76)

Ocorre que, tal situação resultou na prisão em flagrante de “Bibi”, como se auto-denomina a narradora, uma vez que os entorpecentes estavam guardados na residência do casal no momento da ação policial. Em que pese ela não tenha atuado diretamente na traficância, naquele momento, ela também foi considerada uma suspeita:

[...] No dia 12 de abril de 2019 por volta das 5:30 da manhã entrou em sua casa a polícia, Bibi estava dormindo e Rubinho se arrumando para sair para trabalhar. Os policiais entraram já perguntando de drogas, Bibi sem entender nada disse que não mexia com isso que a casa estaria aberta para a abordagem, antes que os policiais achassem a droga Rubinho disse onde estava, levou o policial até a lavanderia e entregou o que tinha de imediato pediu desculpa para Bibi, o que ele não sabia, era que não só ele iria preso, mas ela também. (URSI et. al., 2022, p. 76)

Relatos como o de Bibi estão amplamente presentes na literatura, inclusive sendo visto como um padrão para o envolvimento de mulheres com o crime: a relação amorosa com o criminoso.

Em que pese a prática de crimes por mulheres possa estar relacionada com sua fidelidade à relação ou ainda pela dependência emocional, financeira e social do parceiro, quando estas mulheres acabam encarceradas o padrão presente é do abandono. Segundo dados do Sisdepen – painel da Secretaria Nacional de Políticas Penais (BRASIL, 2025), 28,94% das mulheres que estavam encarceradas em junho de 2025 não tinham visitantes cadastrados em seu prontuário. Assim como já demonstrado nesta pesquisa, as mulheres que se envolvem com atividades criminosas são tidas como duplamente desviantes e, por consequência, acabam sendo abandonadas por parceiros e familiares.

Na narrativa de *de Maria e seu pedacinho do céu*, ela demonstra que não houve seu abandono, presente nas estatísticas e na literatura, enquanto estava em um estabelecimento próximo dos familiares, tal circunstância só ocorreu quando da sua transferência.

Em 2002 fui presa por assalto fiquei no CIAD, minha mãe foi me visitar, pedi que ela não voltasse mais lá enquanto eu estivesse presa, porque não era justo ela passar por humilhação de revista, mas ela chorando disse que nunca me abandonaria, que meu pai chorava todo dia que lá ele não iria, mas que me amava e eu podia contar com ele sempre. (URSI et. al., 2022, p. 57)

A narradora relata que, mesmo com um sentimento de culpa pelas circunstâncias enfrentadas, aceitou receber as visitas de seus pais, os quais demonstraram apoio durante o período. Contudo quando foi transferida para um presídio mais adequado, a uma certa distância da sua família, não recebeu visitas, passando um longo período nesta condição.

Em agosto de 2014 fui transferida para o presídio feminino a P. F.P em Piraquara, foi lá que passei o Natal de 2014 e 2015, nunca tive visita lá, mas também nunca pedi, sabia que minha irmã não teria onde ficar e também não queria que eles pegassem estrada, tinha medo de acidentes. (URSI et. al., 2022, p. 61)

O cumprimento de pena próximos aos familiares é um direito do preso, porém este direito nem sempre pode ser cumprido para as mulheres, uma vez que poucos são os presídios com estrutura adequada para cumprimento de pena, o que faz com que ocorram transferências de unidades prisionais. Assim como o relato acima, muitas mulheres acabam cumprindo suas penas em períodos distantes de seus familiares, em razão da ineficiência das políticas públicas estatais neste sentido, o que agrava ainda mais a questão do abandono envolvendo estas mulheres.

Outro conteúdo que está presente nos relatos de uma das narrativas é o da experiência vivenciada por elas durante o encarceramento. Em *Maria Beatriz e seus laços familiares* a narradora relata que o abandono também existe dentro da prisão, expondo um cenário em que não há sororidade entre as mulheres:

Na cadeia Bibi em convívio com as outras mulheres em situação de privação de liberdade, aprendeu que chorar era somente escondido, seus problemas ninguém queria saber, amigas não tem, não confiava em ninguém e realmente você vale o que tem. (URSI et. al., 2022, p. 59)

Em outro trecho de sua narrativa, Bibi novamente menciona a dificuldade da convivência entre as mulheres

A rotina na prisão não muda, são sempre as mesmas coisas, banho de sol, um dia sim outro não, alimentação, almoço, janta e café da manhã nos mesmos horários, cardápio da comida é igual toda semana, tanto que Bibi, já sabia de cor qual alimentação do dia. **O convívio com as companheiras é um pouco complicado, pois são mulheres com temperamentos e formas de pensar diferentes.** (grifo nosso) (URSI et. al., 2022, p. 79)

O clima de rivalidade ou de pouca solidariedade entre as mulheres encarceradas também está presente na obra *Presos que menstruam*, de Nana Queiroz. No livro, a autora menciona uma análise realizada por Simone de Beauvoir, que justifica a rivalidade feminina presente socialmente como um mecanismo da sociedade machista para manter mulheres desunidas e submissas:

Durante a prisão temporária, que durou dois meses, Camila não pôde ter visitas. Lá dentro, a moça bem cuidada de classe média foi logo considerada “patricinha”. — Prisão de homem é assim: falou e tá aqui. Mulher não, mulher tem aquele negócio da inveja. Predomina muito dentro de uma cadeia feminina. Ninguém quer saber da outra bem. E quando eu não aguento com você, então eu também vou fazer que outra fique com raiva de você. Eu conheci a inveja e a falsidade dentro da cadeia. As meninas também diziam que “quem não tem, não come”. E eu fiquei comendo aquela comida horrível. No distrito tem dia que a comida vem até azeda. Oito dormiam num colchão e meio. Era de dar câimbra no corpo inteiro. A gente não conseguia se mexer pra lado nenhum. Às vezes,

tinha que acordar a do lado para poder levantar porque não podia mexer a perna. E eu olhava aquilo e pensava: “Meu Deus, eu nunca mais vou sair daqui.” A opinião de Camila sobre o clima de pouca solidariedade nas penitenciárias femininas é compartilhada por detentas e funcionários. No século passado, a filósofa feminista Simone de Beauvoir fez uma análise sobre a relação entre mulheres que pode iluminar um pouco este caso. Em nossa sociedade, ela afirmou, cada mulher está acostumada a enxergar a outra como rival pela atenção e o amor masculinos. Já o homem costuma buscar o outro como cúmplice de suas conquistas, para validar sua masculinidade ao ir em prostíbulos, bares ou boates. Criar as mulheres para a competição seria uma estratégia da sociedade machista para dividi-las e mantê-las submissas. Nessas bases, desenvolveriam-se as relações. Na cadeia, elas apenas seriam turbinadas pela tensão. (QUEIROZ, 2015, p. 57)

Corroborando com o pensamento de Beauvoir, bell hooks, em *Feminismo é para todo mundo*, faz o seguinte apontamento sobre as relações entre mulheres: [...] fomos socializadas pelo pensamento patriarcal para enxergar a nós mesmas como pessoas inferiores aos homens, para nos ver, sempre e somente, competindo umas com as outras pela aprovação patriarcal, para olhar umas às outras com inveja, medo e ódio. (bell hooks, 2018, p. 35). Para Nana Queiroz (2015), as relações femininas são criadas nestes parâmetros, porém dentro da prisão o contexto se agrava pelo estresse do cárcere.

Como se vê, as experiências de mulheres envolvidas com dinâmicas criminosas são atravessadas por vulnerabilidades específicas, que já afetam as mulheres antes do encarceramento. Nos relatos presentes nesta categoria, restou demonstrado que tanto fragilidades financeiras quanto emocionais repercutem nas vivências destas mulheres de modo a colocá-las em contextos que as expõe a situações de instabilidade social.

Em *Maria e seu pedacinho do céu* a aproximação com práticas ilícitas se deu em razão da precariedade social vivenciada por ela. Ela narra um contexto de família monoparental, em que ela aparenta ser a única encarregada do sustento financeiro, além das demandas com cuidados familiares. Já em *Maria Beatriz e seus laços familiares* a escolha pela prática do crime não se deu pela sua agência, mas sim pela de seu companheiro da época. Nas duas narrativas, o crime foi utilizado como uma estratégia de sobrevivência ou até mesmo de manter condições mínimas de sobrevivência.

Assim, nota-se que as narrativas não podem ser analisadas isoladamente, não é possível compreender de maneira isolada ou individualizada como se deu seu envolvimento com a criminalidade. É necessário buscar um exame à luz das desigualdades sociais vivenciadas por elas ao longo de suas trajetórias, para só assim interpretar suas escolhas.

4.3 LAÇOS AFETIVOS

Nesta análise, os laços familiares representam a narração de uma trajetória, estando na centralidade das escolhas destas mulheres, na medida em que compõem, principalmente, suas vulnerabilidades emocionais, sociais e econômicas. As relações estabelecidas por elas influenciam suas percepções de pertencimento social e resultam, inclusive, no seu envolvimento nas dinâmicas criminais.

Os laços familiares podem atuar simultaneamente como fonte de apoio e como fonte de vulnerabilidade. Em que pese as experiências narradas nos dois textos sejam distintas, a inserção no crime aparece como parte de um processo marcado por relações de dependência e responsabilidade familiar, que condicionam suas escolhas ou a ausência delas.

Quanto às circunstâncias de origem familiar, as narrativas mais uma vez destoam entre si, em *Maria e seu pedacinho do céu* a narradora apresenta uma família com a presença do genitor, inclusive durante seu cumprimento de pena na realização de visitas. Inclusive, em um momento em que relata ter vivido uma violência sexual na casa de sua tia, a narradora expõe um contexto de abandono, no qual o genitor aparenta ser seu suporte emocional em meio a solidão vivenciada. Ela narra que após o episódio, permanecia fora de casa até receber a visita de seu pai:

Como meu pai me visitava a cada 15 dias mais ou menos e ele tinha ido um dia antes desse fato, eu sai da casa dela e fiquei para rua e só voltava quando meu pai estava para chegar. Ela não se importava e eu comecei a aprender a me virar sozinha [...]. (URSI et. al., 2022, p. 56)

Já em *Maria Beatriz e seus laços familiares*, Bibi relata que sua origem é de uma família monoparental, uma vez que sua mãe ficou viúva quando ela ainda tinha 7 anos de idade. Bibi enfatiza a importância da sua relação com sua mãe e a retrata como “trabalhadora”:

Dona Maria, sua mãe, sempre trabalhadora, lutava com unhas e dentes para poder ter roupas, sapatos, materiais escolares e até alimentação do bom e do melhor, apesar de trabalhar como doméstica. Sua patroa sabendo das necessidades da família, sempre a ajudava como podia. (URSI et. al., 2022, p. 65)

A caracterização de trabalhadora, feita por Bibi, reflete uma estrutura familiar monoparental chefiada por uma mulher. Como afirma a narradora, sua mãe tornou-se viúva ainda na sua infância e, além dos cuidados despendidos com os cinco irmãos de Bibi, ainda trabalhava fora para garantir a subsistência familiar. A genitora passa a ocupar o papel provedora financeira, cumulando atividades relacionadas ao trabalho e ao cuidado familiar. Tal configuração expõe uma dinâmica social em que a mulher é o centro da responsabilidade e do sacrifício, exercendo papéis muitas vezes relacionados ao esforço.

Famílias monoparentais que são chefiadas por mulheres tendem se tornar mais vulneráveis economicamente (CÚNICO, 2014). Tornando-se comum circunstâncias como a da mãe de Bibi em que há o trabalho externo precisa ser conciliado com as demais responsabilidades relacionadas ao cuidado familiar. Portanto, estas mulheres acabam enfrentando dificuldade em se colocar no mercado de trabalho, o que resulta em trabalhos mal remunerados e precarizados, o que por sua vez ocasiona mais vulnerabilidade financeira (CÚNICO, 2014).

Em *Maria e seu pedacinho do céu*, a narradora relata um cenário em que se vê sozinha com seu filho ainda recém-nascido, devido à prisão do genitor da criança e o recente falecimento de sua mãe. Assim como a mãe de Bibi, a narradora se tornou genitora de uma família monoparental e sem rede de apoio, o que a coloca em uma situação de extrema fragilidade social:

O pai do meu filho foi preso 16 dias após o nascimento do meu menino um sequestro relâmpago, resumindo, eu estava com um recém-nascido, muito abalada psicologicamente com a morte da minha mãe e sem nem ter para onde ir. Estava no fundo do poço, mas precisava ter forças afinal eu tinha um bebê que precisava de mim. (URSI et. al., 2022, p. 58-59)

A narradora retrata que sempre esteve sozinha durante seu relacionamento, o qual ela classifica como sendo “a pior besteira que eu fiz na vida”. Ela afirma que o genitor da criança já estava preso quando se relacionavam e que engravidou enquanto essas circunstâncias ainda perduravam. Ou seja, a narradora não teve a presença do genitor durante parte do período gestacional e também logo após o nascimento. Percebe-se pela narração, que esse abandono afetivo gerou um sentimento de desproteção.

Tal contexto contribui para a vulnerabilidade econômica da narradora e é apontado por ela como um dos fatores que motivou sua aproximação com práticas ilícitas. Embora seu envolvimento com o crime tenha propiciado uma melhora financeira

momentânea, ela se vê atravessada pela tensão da iminência da prisão, que resultaria na ruptura do vínculo com seu filho e do desempenho do seu papel de mãe:

Eu não queria nunca mais me envolver com o crime, minha consciência me condena todos os dias por todo desgosto que causei ao meu pai e minha mãe e eu tinha muito medo de ser presa e ficar longe do meu filho. (URSI et. al., 2022, p. 59)

Quando o rompimento desse vínculo de fato acontece, a narradora expõe que em seu texto que o cuidado foi terceirizado para sua irmã, circunstância bastante comum entre filhos de mulheres encarceradas. A partir dessa dinâmica, ocorre uma reconfiguração da maternidade para a criança, que passa a reconhecer a irmã da narradora como sua mãe, situação que evidencia as consequências do afastamento provocado pelo encarceramento.

Me lembro que no aniversário de 4 aninhos ela levou ele na visita, eu pedi autorização e o delegado deixou que os funcionários comprassem um bolo de 1 kg e 2 refrigerantes, uma velinha de 4 anos e um carrinho de presente para ele, assim pude comemorar o aniversário do meu fiel companheiro, mas também chorei muito ao ver ele chamar minha irmã de mãe e eu pelo nome. Mas era compreensível, eu quase não o via, ele era muito pequeno, na primeira visita que tive ele chorou desesperadamente na hora de ir embora, era como se o choro dele esmagasse meu coração. Com o passar do tempo eu fui me tornando apenas uma lembrança vaga para ele, mas ele nunca me esqueceu, choro só de lembrar. (URSI et. al., 2022, p. 60)

Nesse processo, a maternidade deixa de ser vivenciada cotidianamente pela mãe biológica, a mulher se vê impossibilitada de exercer seu papel dentro da dinâmica familiar do cuidado. Na narrativa *Maria e seu pedacinho do céu*, a maternidade representa seu lugar na sociedade, é o eixo central de suas vivências. Permanece presente em nossa sociedade a concepção histórica e social de que mulheres nascem para exercer seus papéis de mães e que tal função é inapta ao “ser mulher”, tratando-se de um instinto, um dom natural. Para Badinter (1985), a ideia de que a realização feminina acontece através do exercício da maternidade nada mais é do que um mito construído pela “ideologia maternalista”.

Por outro lado, a maternidade também pode ser considerada como um ato de resistência. Notadamente se analisarmos sob ótica das concepções do feminismo negro interseccional de Patrícia Hill Collins. Para Collins (2018), diferentemente do que preceitua o discurso feminista hegemônico, a maternidade não precisa ser compreendida como um espaço de opressão, principalmente se pensarmos na maternidade negra, em que a criação de seus filhos pode ser visto como um espaço de empoderamento.

Segundo a socióloga, a maternidade pode ser vista como uma estratégia de sobrevivência da população negra, contexto em que as mães exercem um papel central.

Analisando sob esta percepção, podemos compreender a razão pela qual a impossibilidade de gestar apresentada por Bibi gerou tanto sofrimento na sua trajetória, como se vê:

Com tudo o que passaram juntos Bibi e Rubinho notaram que tinham necessidade de montar uma família e decidiram tentar ter um filho para dar alegria aos dias e mais brilho aos seus natais. Essa ideia passou a ser um sonho para Bibi e mês após mês surgia a expectativa de estar grávida, passaram quase 8 meses tentando ter um filho sem sucesso. Então Bibi decidiu procurar um médico, fez todos os exames necessários e ao chegar os resultados, Bibi não tinha nenhum tipo de problema. [...] Então Rubinho iniciou o tratamento e após os 6 meses voltou ao médico, refez todos os exames e para o desespero do casal, o médico informou que Rubinho era praticamente estéril e que as chances de ser pai eram mínimas e que teria que fazer o tratamento para o resto da vida. Nesse momento o mundo de Bibi desabou, voltaram para a casa com muita tristeza e lágrimas nos olhos. (URSI et. al., 2022, p. 75)

Bibi apresenta neste trecho um rompimento com a expectativa social de ser mãe, o qual representa um peso para as ambas as narradoras, a necessidade de maternar. Desse modo, o texto de Bibi adota um ritmo diferente, em que ela direciona o exercício dos seus cuidados ao relacionamento amoroso que mantém com Rubinho. De maneira diversa do que presenciamos em *Maria e seu pedacinho do céu*, o laço afetivo central na vida de Bibi é Rubinho, seu companheiro amoroso, o que também aproxima seu envolvimento com o crime.

A narrativa de Bibi retrata a trajetória do casal, percebe-se por seus relatos a importância do relacionamento nas suas vivências. O vínculo se inicia quando Bibi ainda é adolescente e não tendo apoio de sua mãe, ela decide fugir com Rubinho:

Bibi foge de novo no outro dia, e novamente sua mãe busca e traz de volta, e assim por 4 vezes, Bibi é encontrada na casa de Rubinho. Até que um dia Rubinho decide montar uma cabana no meio de um fundo de vale. (URSI et. al., 2022, p. 68)

Em alguns trechos, Bibi menciona que a família de Rubinho tinha envolvimento com a criminalidade e, por essa razão, sua mãe não permitia o relacionamento entre os adolescentes. Contudo, apesar dos esforços da genitora, Bibi decide morar com Rubinho e eles mantêm uma relação que por anos é atravessada com precariedade financeira e uso de drogas, como afirma a narradora:

Os dias passam, os dois jovens criam responsabilidades de adultos, mas não

tinham um pingo de juízo, e com as amizades começaram a usar drogas, maconha e cocaína. [...] A partir daí ficaram completamente viciados nas drogas, cocaína, ao ponto de venderem as coisas de casa. Bibi ganhava presentes de sua mãe e trocava por droga, Rubinho começou a dormir fora de casa, ficou agressivo, tinha vezes que Bibi fazia comida e esperava Rubinho para jantar, quando ele chegava com a droga para usar dentro de casa, os dois nem mexiam na comida e passavam a noite em claro, sem perceber que estavam acabando com suas vidas. (URSI et. al., 2022, p. 69-70)

Tais circunstâncias de uso de entorpecentes, resultam na fragilização dos vínculos familiares de Bibi. O casal passa a residir em outra cidade, a pedido dos familiares de Bibi, como forma de proteção do casal, que estava sob ameaças de morte. No entanto, a percepção de Bibi sobre o cenário é de ruptura das redes de apoio, que para ela deveriam representar uma proteção:

As vezes Bibi se pegava sentada em frente ao telefone esperando ele tocar, mas era bem difícil isso acontecer. Os dois sentavam para conversar e falavam assim: “mandaram nós para cá e nem se preocupam como nós estamos, acho que devem estar bem todos, longe de nós”. (URSI et. al., 2022, p. 71)

Como se vê no trecho acima, Bibi e seu companheiro são atravessados por um processo de marginalização dentro da própria família. Sob à luz dos conceitos de Goffman (1891), esse processo pode ser compreendido como um afastamento social causado pelo estigma de serem usuários e, portanto, portadores de uma “identidade deteriorada”. Desse modo, o enfraquecimento dos vínculos familiares pode ser compreendido como uma das consequências do comportamento desviante do casal.

Para o sociólogo, usuários de drogas devem compor um campo de investigação social denominado “comportamento desviante”, pois são pessoas que estão envolvidas em uma “negação coletiva da ordem social”. Segundo Goffmann (1891), os viciados em entorpecentes “são percebidas como incapazes de usar as oportunidades disponíveis para o progresso nos vários caminhos aprovados pela sociedade” (pag 121). Esses estigmas presentes na vivência de Bibi também são percebidos por ela, que enxerga a experiência do cárcere como uma oportunidade de “recomeço”, que se inicia com o rompimento de seu casamento:

Antes que fosse tarde demais decidiu mudar de vida e percebeu que ainda tinha chance de recomeçar sua vida mesmo que esse recomeço fosse iniciado dentro da cadeia. Com tudo o que pensou decidiu escrever uma carta se separando de Rubinho. (URSI et. al., 2022, p. 78)

Assim como na categoria anterior, nota-se que as narrativas apresentam contextos que se divergem em muitos sentidos. Contudo, quando se trata dos laços afetivos destas mulheres, podemos concluir que eles ocupam um lugar de relevância nas suas trajetórias, atuando ora como suporte afetivo ora como intensificador de suas vulnerabilidades.

Ao passo que essas relações oferecem um papel de reconhecimento social, elas também estão no centro do processo que as levou ao encarceramento. Desse modo, analisar os laços afetivos constituídos por elas se tornou fundamental para compreender os caminhos percorridos até seu envolvimento com práticas criminosas.

4.4 FESTIVIDADES

As narrativas presentes no livro, possuem como pano de fundo as festividades do final do ano, mais precisamente o Natal. A explicação para tanto não consta nas notas introdutórias, nem nas reportagens de lançamento da obra. Contudo, considerando o cronograma do projeto desenvolvido na Unidade Prisional, a confecção dos textos e a sua seleção foi a que mais se aproximou deste período.

Assim, ao menos nas duas narrativas aqui analisadas, as mulheres trazem relatos sobre suas vivências no Natal. Para o exame proposto na categoria Festividades, dividi as Unidades de Registro entre as experiências antes e depois do encarceramentos, com o intuito de realizar um paralelo entre as falas e evidenciar o impacto do cárcere nas suas trajetórias. O evento aparece nas falas das mulheres como importantes momentos de sociabilidade familiar. De modo geral, elas retratam o Natal como um ritual que reforçam sua sensação de pertencimento.

Em *Maria e seu pedacinho do céu* os relatos aparecem carregados de simbolismo e nostalgia. Ela faz menção aos natais em que sua avó passava montando a decoração, enfatizando a tradição familiar. É possível notar que a festividade ocupa um lugar significativo na trajetória dela, um momento de fortalecimento de vínculos familiares, de reconhecimento enquanto parte daquele ritual.

Eu amava os natais que íamos para sítio, minha avó montava o presépio com os mínimos detalhes de onde Jesus nasceu, exatamente como é o lugar descrito na bíblia, a manjedoura os animais, Maria, José e Jesus era tudo muito detalhado muito lindo e encantador. A árvore-de-Natal toda enfeitada, era tudo muito detalhado, eu nunca vi um presépio como o que a minha avó montava, na verdade hoje em dia é difícil encontrar isso, sei lá parece que o espírito natalino fica mais fraco a cada ano. (URSI et. al., 2022, p. 53)

Bibi também retrata algo semelhante em um momento da sua trajetória, assim como Maria, ela explora suas memórias sobre esta época do ano com entusiasmo. Ao mencionar o Natal em que passou no sobrado que pertencia à sogra, ela apresenta este momento como um espaço para fortalecer e estreitar seus laços afetivos:

No final de ano todos se reuniram no sobrado pois lá tinha área de lazer. Juntos Dona Neusa e seus filhos, com Bibi, Rubinho, Rosana e alguns amigos, passaram o Natal, comeram, beberam, nadaram, enfim estavam tendo uma ótima convivência. (URSI et. al., 2022, p. 69)

Contudo, quando Bibi e seu companheiro, Rubinho, tornam-se usuários de drogas, o Natal adquire novos contornos. Ela passa a evidenciar a perda de um local de pertencimento, anteriormente ocupado junto a sua família de origem. Como já retratado nesta análise, Bibi e Rubinho passam a carregar o estigma associado ao uso de entorpecentes e, com ele, suas implicações sociais, sendo uma delas o afastamento familiar:

Ficaram por lá até o fim do ano e passaram o Natal juntos com os parentes de Rubinho, foi um Natal muito triste, por que todos foram comprar roupas, sapatos e Bibi e Rubinho vestiram o que tinham. Ao ver a família toda reunida, Bibi se lembrou do Natal que passou com sua mãe e seus irmãos no sobrado de Rubinho [...]. (URSI et. al., 2022, p. 71)

Depois do encarceramento, o afastamento dos vínculos familiares, que já era vivenciado por Bibi, se intensifica. Na sua narrativa, ela apresenta o Natal no cárcere como sendo um momento que acentua o sofrimento causado pela prisão e o distanciamento social. Momento que antes era visto como um ritual de intensificação de laços afetivos, na prisão causa sofrimento emocional:

Então chegou o Natal, para quem está na rua é a data mais esperada do ano, pois é um dia de muita alegria, que desperta os melhores sentimentos, significa alegria, paz, amor, união, afeto. Já na cadeia Bibi nota que é tudo diferente, não acontece nada de importante, o clima é tenso, o sentimento é de total tristeza e solidão. (URSI et. al., 2022, p.79)

O mesmo sentimento é exposto na narrativa de Maria cujo sofrimento é acentuado pela maternidade:

Meu Natal de 2018 foi cruel, chorei muito longe dos meus filhos, minha princesa tinha apenas 2 meses quando fui presa, hoje já está com quase 3 aninhos, meu filho que tinha 8 anos e já vai fazer 11 anos. (URSI et. al., 2022, p. 63)

Ela retrata o Natal como um momento que representa um marco da passagem do tempo e da ausência do convívio materno. A narradora expõe a distância emocional (e física) construída ao longo dos anos que esteve presa, isso é representado através da menção entre as idades dos filhos no momento da sua prisão e na confecção da narrativa. Assim, a festividade natalina que antes representava a união familiar, passa a intensificar a dor causada pela separação, aspecto retratado em ambas as narrativas.

Diante do exposto, notamos que os relatos evidenciam que o Natal podem revelar tanto momentos de pertencimento como de ruptura de vínculos. As narrativas demonstram que o significado desta festividade é socialmente construído a partir do contexto vivenciado no momento da celebração, impactando suas vivências de diferentes maneiras. Nesse sentido, o cárcere aparece como principal eixo de transformação dessas percepções, modificando profundamente a maneira que estas mulheres vivenciam o Natal.

4.5 GÊNERO

Na categoria Gênero trataremos sobre questões atinentes à violência e a interseccionalidade dos sistemas de opressão que atravessam a trajetória das narradoras. Nos textos aqui analisados estão presentes diversas passagens sobre marcadores sociais que se relacionam na experiências destas mulheres, notadamente quanto ao gênero e a classe social. Além disso, a ocorrência de violência que também será avaliada nesta categoria, está relacionada com o gênero, sendo episódios ocorridos durante os relacionamentos amorosos.

Como já vimos em outras categorias, as vivências desta mulheres são permeadas de vulnerabilidades sociais, estando presente em quase toda a narrativa questões relativas às dificuldades financeiras enfrentadas. Contudo, para uma análise completa, estas opressões sociais que atravessam as narrativas devem ser examinadas mutuamente, de modo que as questões de gênero devem ser incluídas nas raciais e de classe, assim como o contrário, trazendo para as trajetórias uma perspectiva interseccional dos marcadores sociais.

O termo interseccionalidade se refere à compreensão de que as estruturas opressoras são indissolúveis, o que impossibilita um enquadramento separado das

discriminações sociais. É essa interação entre categoriais sociais que marcam a posição de subalterno ocupada por determinados grupos, neste caso as mulheres criminosas. Desse modo, nesta categoria, analisaremos de que forma as vulnerabilidades se correlacionam na trajetória das narradoras, para que ao final seja possível concluir se elas atuaram indiretamente ou diretamente no envolvimento com a criminalidade.

Tanto na narrativa de Maria quanto de Bibi estão presentes passagens em que elas reforçam sua vulnerabilidade social, afirmando que tal circunstância está presente desde a juventude. Em *Maria e seu pedacinho do céu* a narradora retrata um Natal em que seus irmãos não tinham o que comer e que, segundo sua mãe, eles sempre estiveram em um cenário de extrema pobreza:

Meu primeiro Natal, minha mãe contava que quase não tinha o que comer, pois sempre fomos muito pobres apesar da luta diária de meus pais no trabalho. Minha mãe contava que me deu de mama e meu pai me fez dormir cantando músicas de ninar, enquanto ela tentava fazer meus outros dois irmãos dormirem para fome deles passar, e assim foi o Natal de 1989 o primeiro da minha vida. (URSI et. al., 2022, p. 65)

Em outro momento, Maria traz mais um relato sobre estas dificuldades financeiras, que parecem se intensificar durante as festividades do final do ano:

Nós morávamos no Santa Madalena, o trem matou o burrinho, meu pai para não faltar meu leite, que para ele isso era sagrado, foi vender sorvete até conseguir outro burrinho branco. Me lembro que naquele Natal minha mãe estava internada, meus irmãos, estavam só Deus sabe onde, eu passei aquele Natal com meu pai, tínhamos para comer arroz, feijão, macarrão branco sem molho algum e batata cozida, pois não tinha óleo suficiente para fritar. (URSI et. al., 2022, p. 55)

Contudo, é possível notar que a vulnerabilidade social relacionada às circunstâncias financeiras se agravam quando estão atreladas àquelas relativas ao gênero. Neste contexto, mulheres assumem atividades vinculadas ao cuidado, ao passo que buscam se inserir no mercado de trabalho. A elas são ofertadas condições laborais precárias, vez que não possuem a disponibilidade necessária para se qualificarem e estão sobrecarregadas com encargos referentes à manutenção familiar. Isso porque, o sistema capitalista está baseado em uma construção patriarcal que reduz a mulher a uma condição subalterna (Diniz & Mayorga, 2018).

Assim, há uma estrutura social que intensifica relações assimétricas de poder entre e mulheres, sendo estas últimas forçadas a se submeterem a jornadas de trabalho duplas ou até mesmo triplas (Biroli, 2018). São gerações de mulheres pertencentes à mesma família que vivenciam trajetórias semelhantes, sendo inseridas nestes contexto

de precariedade laboral desde muito cedo. Isso ocorre nos relatos de Maria, que apresenta a realidade de sua irmã Antônia da seguinte maneira:

A Antônia era como se fosse minha mãe, apesar da pouca idade, me lembro vagamente, pois eu era muito pequena e minha irmã com apenas 11 anos me levava no seu trabalho de diarista, pois meu pai trabalhava não tinha como me levar no trabalho dele. (URSI et. al., 2022, p. 53)

Ao retratar que sua irmã, que era uma criança de 11 anos, levava-a para seu trabalho de empregada doméstica, enquanto seu pai não poderia fazer o mesmo, evidencia-se a divisão sexual do trabalho presente na sociedade. Estrutura que não permite que destina Às mulheres os cuidados integrais com crianças, idosos e vulneráveis, tornando-as ainda mais suscetíveis aos impactos da pobreza (Biroli, 2018).

As vivências de Maria muito se assemelham as sua irmã Antônia, de modo em que expõe suas dificuldades em se inserir no mercado de trabalho quando já é mãe, e quando essa inserção ocorre, retrata a má remuneração percebida pelo laboro:

Fui morar com minha irmã Maria e a ajudava no seu trabalho já que eu não tinha como arrumar um emprego fixo por causa do meu bebê, mas só Deus sabe o tanto de humilhação que passei por um prato de comida.

[...]

Quando meu menino completou 7 meses o coloquei em uma creche, mas eu morava na zona norte e a única vaga que consegui era no Jardim Aeroporto do outro lado da cidade. Consegui um emprego em uma fábrica de confecção como auxiliar de costura e sai da casa da minha irmã. Eu não podia fazer hora extra, não havia ninguém que me ajudasse com meu filho, era apenas eu e meu pequeno companheiro, eu ganhava mais ou menos uns 850,00 reais bruto fora os descontos na época, mas eu pagava 250,00 reais de aluguel, me sobrava apenas uns 250,00 reais para fazer compra para o mês todo, manter roupas, calçados, ou seja eu não estava conseguindo me manter só com o salário. Ainda visitava o pai do meu filho na cadeia, tinha mais esse gasto, tudo isso tinha que sair apenas do meu salário, pois eu não tinha ajuda de ninguém. (URSI et. al., 2022, p. 59)

Neste trecho descrito por Maria, ela retrata o momento em que as opressões se articulam de maneira interseccional na sua trajetória. A narradora expõe vivências em que as desigualdades de gênero e classe atuam simultaneamente e limitam suas oportunidades econômicas. Ela apresenta como a maternidade solo e suas demandas como o exercício do cuidado impactaram sua inserção no mercado de trabalho e, posteriormente, como essas condições impossibilitaram a ampliação de sua renda.

A narradora também retrata que o trabalho exercido por ela era mal remunerado e precário, evidenciando a discussão já aduzida de que mulheres são inseridas no

mercado de trabalho em condições desfavoráveis. Em outro trecho, ela expõe um momento de sua vida em que, grávida do seu segundo filho e já tendo vivenciado um período na prisão, tenta se inserir em um trabalho informal de vendedora de bolos:

Eu não queria mexer com nada do crime, pois eu sabia o quanto sofri presa novamente ficar longe do meu filho e de minha bebê que ainda nem havia nascido. Em janeiro de 2018 comecei a fazer bolos de pote e vender na rua, casas, comércios, enfim, eu estava grávida de uns 6 meses, saía com uma caixa de isopor pesada cheia de bolos e ia vender nas proximidades de onde eu morava com essa amiga, mas o dinheiro dos bolos não dava para quase nada e comecei me desesperar. (URSI et. al., 2022, p. 62)

Ao considerar o impacto do encarceramento do companheiro de Maria e a ausência de rede de apoio, é possível constatar pelo relato que a manutenção da família é uma responsabilidade exclusiva da narradora. O sentimento de desespero mencionado por ela é resultado desta sobrecarga vivenciada e do esgotamento das possibilidades. O trecho acima pode ser compreendido como um reforço ao que já fora relatado por Maria, de que seu envolvimento com práticas ilícitas é resultado de um conjunto de opressões sociais, que atuam de maneira articuladas nas suas experiências.

Já para Bibi, estas opressões se apresentam de outra maneira, com uma trajetória centralizada no relacionamento amoroso com Rubinho, ela também demonstra como a atuação simultânea de marcadores de gênero e classe atuaram moldando suas experiências. Em suas narrações ela expõe uma adultização precoce oriunda da sua relação amorosa, afirma que no momento em que foi morar na residência da família de Rubinho, ainda muito nova, com apenas 14 anos, tornou-se “dona de casa” o que dificultou sua permanência na escola:

A partir desse dia Bibi, ainda com 14 anos, passa a morar com Rubinho e sua irmã Rosana. Vira dona de casa com responsabilidade de lavar, passar e cozinhar e ainda tentava seguir a rotina de ir para escola, porém com muitas faltas.

Ela se tornou uma ótima dona de casa, cuidava de Rubinho como toda mulher cuidava de seu marido, passaram o ano todo juntos. (URSI et. al., 2022, p. 68)

Os relatos acima reproduzem um discurso de divisão sexual do trabalho, em que mulheres são responsáveis por atividades domésticas e de cuidado, enquanto homens se concentram no mercado de trabalho. Além disso, o fato de Bibi ter deixado a escola ainda muito cedo para exercer estas funções, resultará na ausência de qualificação necessária e dificuldade de exercer trabalhos formais, como já mencionado nesta análise.

Quando o casal se torna usuário de entorpecentes, há uma intensificação destas

vulnerabilidades financeiras, que permanecem ao longo dos anos de relacionamento, mesmo como o exercício de trabalhos informais:

Como eram viciados em drogas, não sobrava dinheiro para comer coisas gostosas como bolacha, doce, achocolatado, iogurte, essas coisas que adolescentes gostam. Bibi ainda tinha 17 anos e Rubinho apenas 18 anos. (URSI et. al., 2022, p. 70)

[...]

Juntos há doze anos começaram a passar algumas dificuldades financeiras, Bibi desempregada tinha apenas uma renda pouca, por vender lingerie e Rubinho trabalhando de pintor não estava dando conta de suprir a necessidades de casa. (URSI et. al., 2022, p. 75)

Desse modo, é possível conceber que Bibi, ao deixar de se qualificar em razão do exercício de um papel de gênero relacionado ao cuidado, restringiu suas possibilidades no mercado de trabalho, o que por sua vez pode ter resultado nas vulnerabilidades financeiras presentes.

Como foi demonstrado em outro trecho das narrações de Bibi, seu envolvimento com o crime se deu por uma ação do seu marido, em decorrência de dificuldades econômicas que o casal vinha enfrentando. Na trajetória de Bibi não restou tão evidente que seu envolvimento com o crime é resultado da intersecção de opressões que atou nas suas vivências. Contudo, é possível constatar que marcadores de gênero e classe se comportam de maneira interligada, refletindo entre si.

Ainda sobre as questões de gênero que permeiam as vivências das narradoras, ambas apresentam relatos de violência perpetradas contra elas por seus companheiros amorosos. A narradora de *Maria e seu pedacinho do céu*, que expôs vários contextos de dificuldade pelo exercício da maternidade solo e sem rede de apoio, retrata um momento de esperança e de reconstrução familiar com o retorno do parceiro para o lar. O sentimento é rapidamente frustrado pela dinâmica de violência vivenciada, transformando o lar em um espaço de agressão, controle e isolamento.

Eu fui na defensoria pública e o advogado conseguiu que ele saísse um ano antes para o semiaberto, tudo que eu queria era meu marido ao meu lado quando nossa filha nascesse, mas ganhei foi um monstro dentro de casa.

[...]

Natal de 2017 passei machucada de tanto apanhar dele e presa em casa, pois ele não me deixava sair, ele sabia que se eu saísse de casa eu não voltaria mais, eu via o medo e o desespero do meu filho e aquilo me matava por dentro, pois eu sabia que tudo de certa forma era culpa das decisões que tomei em minha vida. (URSI et. al., 2022, p. 61-62)

Ao descrever este cenário de medo e opressão, ela também apresenta uma circunstância comum entre mulheres que sofrem violência nos relacionamentos amorosos, que é a presença dos filhos durante os ocorrências. Presenciar a violência praticada contra a genitora torna os filhos uma vítima indireta, trazendo consequências até mesmo para a vida adulta, uma vez que sofrem com a violência psicológica (Rosário et al, 2021).

De igual modo, na narrativa de Bibi, também há trechos em que ela apresenta um contexto de controle e restrição da sua autonomia. A violência vivenciada inclui mecanismos de dominação que resultam no seu isolamento social:

Rubinho começou a dormir fora de casa, ficou agressivo [...] Rubinho bastante ciumento não deixava Bibi sair de casa e nem ter amizades [...] (URSI et. al., 2022, p. 69)

Como se vê, ambas tiveram trajetórias atravessadas por violência em seus relacionamentos amorosos. Não é possível inferir que essa violência resultou no envolvimento destas mulheres com a criminalidade diretamente, uma vez que nos relatos não há uma ligação entre estes dois tópicos nas narrativas. Contudo, analisando os textos de maneira mais profunda, podemos compreender que a violência, assim como a falta de oportunidades profissionais, como demonstrado acima, também é uma opressão de gênero e está interligada com outras opressões que atuam nas trajetórias destas mulheres.

Embora não seja possível concluir que tais vivências resultou no cometimento de crimes, tornou-as vulneráveis e suscetíveis a isso. Em Bibi, o relacionamento amoroso é o eixo central da sua trajetória e também foi o que resultou na sua prisão. Já na narrativa de Maria, a ausência de apoio do companheiro e pai dos seus filhos, transforma sua experiência em um contexto de sobrecarga e de insuficiência financeira, o que contribui para sua atuação com o tráfico de drogas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa possuía como objetivos específicos: evidenciar como a intersecção de raça, gênero e classe impactaram na oferta de oportunidades nas suas trajetórias anteriores ao encarceramento e, por consequência, contribuíram para um cenário de vulnerabilidade social; identificar os laços afetivos que se fizeram presentes em suas narrativas e compreender de que modo estas relações participaram, direta ou indiretamente, exercendo impactos que resultaram na prática de crimes; e analisar como a experiência de violência perpassam suas vivências e contribuem para o desempenho de atividades criminosas.

Para atingir os objetivos proposto, busquei analisar as narrativas de duas mulheres que estiveram encarceradas na Cadeia Feminina de Londrina/PR, sendo os textos intitulados como *Maria e seu pedacinho do céu* e *Maria Beatriz e seus laços familiares*. Sendo que ambas foram elegidas para análise por apresentar o envolvimento com o tráfico de drogas, uma vez que no sistema carcerário brasileiro 3 a cada 5 mulheres respondem pelo envolvimento com crimes ligados ao tráfico (INFOPEN, 2018).

Além disso, dividi o texto, baseando-me nos ensinamentos de Bardin (1977), em 4 categoriais, sendo Criminalidade, Laços Afetivos, Festividades e Gêneros. Todas estas categorias possuíam conteúdos que foram analisados tendo como direcionamento a hipótese sociológica de que de que a experiência de vida destas mulheres foi profundamente atravessada por marcadores sociais, especialmente aqueles relacionados à raça, gênero e classe, os quais associados a um contexto de violência e vulnerabilidade social exercem uma influência significativa no envolvimento em práticas criminosas.

Houveram limitações na pesquisa pelo conteúdo das narrativas que se restringe ao que consta no texto, não sendo possível avaliar alguns tópicos, como o da raça, que não consta na narrativa das mulheres. Com base na última amostra do INFOPEN MULHERES (2018) seja possível afirmar que 62% da população prisional feminina seja composta por mulheres que se autodeclararam negras. Para a Cadeia Pública Feminina de Londrina/PR, segundo o Levantamento de Informações Penitenciárias realizado pelo SENAPPEN, o dado em questão só passou a estar

disponível a partir do primeiro semestre de 2025, quando as mulheres que se autodeclaravam negras e pardas era de 43,87% do total de 98 mulheres encarceradas.

Assim, pela ausência de um dado objetivo sobre a raça/cor das mulheres que narram suas histórias nos textos analisados, optei por não realizar o exame das trajetórias e vivências observando os vieses de raça. Desse modo, considerando a relevância do dado para construção do sujeito de pesquisa, é possível considerar a sua ausência como um limitador analítico da pesquisa que não foi possível suprir com a consulta em outras fontes.

Já com relação às demais opressões, como as de classe e gênero, a análise das narrativas permitiu evidenciar que elas atuavam de forma articulada e concomitantes das vivências destas mulheres, interligando-se e contribuindo para um contexto de acentuada vulnerabilidade social. Ambas narradoras retratam contexto em que marcadores de gêneros se cruzam com vulnerabilidades econômicas, resultando em um contexto único que influencia na participação em dinâmicas criminosas.

No texto de Bibi, o relacionamento amoroso ocupa o eixo central das suas vivências, o que a leva a abandonar os estudos para exercer o papel de cuidado. Posteriormente, ela enfrenta dificuldade em se inserir no mercado de trabalho e enfrenta um contexto de insuficiência financeira, que resulta no envolvimento com o tráfico de drogas. De maneira semelhante, na narração de Maria, ela retrata a sobrecarga do exercício da chefia de uma família monoparental, o que também causa vulnerabilidade financeira e resulta na sua inserção na criminalidade.

Durante a análise, é possível notar que o envolvimento destas mulheres com o tráfico de drogas se deu em decorrência da insuficiência de recursos financeiros relatadas por elas. Contudo, essa vulnerabilidade financeira não atua isoladamente nas trajetórias, ela se articula de maneira específica com os marcadores de gênero quando ambas as narradoras retratam as desigualdade de oportunidades de trabalho devido a suas necessidade se manterem a frente dos cuidados familiares.

No que se refere à identificação dos laços afetivos que se fizeram presentes e atuaram direta ou indiretamente no envolvimento destas mulheres com a criminalidade, as narradoras apresentam vivências diversas. Enquanto para uma o

relacionamento amoroso era seu principal vínculo afetivo e que orientava suas escolhas, para a outra a maternidade representa seu espaço de pertencimento social. No entanto, essas relações aparecem de maneira ambíguas nas narrativas, ora se apresentam como fonte de suporte e identidade social, ora intensificam as circunstâncias de vulnerabilidade.

Os laços afetivos que se apresentam como determinantes indiretos para o envolvimento destas mulheres com a criminalidade são: os filhos, para Maria; e o marido, para Bibi. Esta última narra que não atuou ativamente na dinâmica criminal, sendo que esta ocorreu pela agência do seu companheiro da época, ou seja, em razão desta relação afetiva a narradora acabou sendo presa. Por outro lado, de forma indireta também os laços afetivos estiveram presentes na trajetória de Maria, mas neste caso com seus filhos, sendo a necessidade de sua subsistência financeira o fator que culminou no envolvimento com o tráfico.

Nesta análise, a maternidade merece um destaque especial, uma vez que nas narrativas elas ocupam posições opostas, enquanto na narrativa de Bibi ela é enfrentada como uma quebra de expectativa social de maternar, no texto de Maria o exercício da maternidade representa sua identidade. Levando em conta esta perspectiva, quando esse maternar é atravessado pela experiência do encarceramento ocorre um rompimento dos vínculos com os filhos, gerando uma ressignificação dos laços afetivos e inclusive de concepções sobre si. Embora a maternidade em si não seja objeto de análise nesta pesquisa, compreender o lugar ocupado na vida destas mulheres, notadamente na de Maria, nos leva a uma das razões pelas quais ela optou pela inserção em atividades ilícitas.

Já com relação aos relatos de violência que perpassam suas vivências, nos textos elas são oriundas dos relacionamentos amorosos que elas mantiveram. Não é possível somente através do que é relatado por elas compreender que essas experiências de maneira isolada orientaram suas escolhas futuras, mas pode-se concluir que a violência é um fator relevante quando se trata de um contexto de vulnerabilidade. A presença de um contexto de violência pode orientar as escolhas destas mulheres que já se encontram fragilizadas emocionalmente. Logo, a violência contribui para intensificar as opressões que já atravessam suas trajetórias.

Desse modo, apesar das limitações analíticas, foi possível concluir o objetivo principal proposto nesta pesquisa que era analisar as trajetórias de mulheres que

estiveram em cumprimento de penas restritivas de liberdade na Cadeia Pública Feminina de Londrina a fim de compreender como marcadores sociais estiverem presentes e influenciaram no envolvimento com dinâmicas criminais. Assim, o envolvimento de mulheres com dinâmicas criminais precisa ser compreendida como sendo resultado de um processo social, no qual suas vulnerabilidades se interseccionam.

Nota-se, portanto, que para compreender como ocorreram as escolhas dessas mulheres em relação ao envolvimento com a prática de crimes é necessário a análise da criminalidade como parte de um processo de atuação articulada de diferentes marcadores sociais e de opressões. Ao longo dos relatos, observa-se fatores como a precariedade financeira, fragilidade de redes de apoio, divisão sexual do trabalho e dificuldade na inserção no mercado de trabalho que se interligam e atuam de maneira específica em cada vivência, mas com um resultado em comum: o cárcere.

REFERÊNCIAS

BADINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado: o mito do amor materno**. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo** Lisboa: Edições 70, 1977.

BENTO, Cida. **O Pacto da branquitude**. 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BRASIL. **Secretaria Nacional de Políticas Penais**. Bases de dados do SISDEPEN. Disponível em: <https://www.gov.br/senappen/pt-br/servicos/sisdepen/bases-de-dados>. Acesso em: 1 fev. 2026.

BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. Selo Negro. São Paulo. 2011.

CARNEIRO, Sueli. **Gênero, Raça e Ascensão Social**. Revista Estudos Feministas v.3 n. 2. 1995. Disponível em <<https://doi.org/10.1590/%25x>> Acesso em 04 dez. 2023

CARNEIRO, Sueli. **Mulheres em movimento**. Estudos Avançados, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 117–133, dez. 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142003000300008>. Acesso em: 5 abril 2026.

CELLARD, A. **A Análise Documental**. In: POUPART, J. et al. (Orgs.) A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

CRENSHAW, K. (2004). **A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero**. In: Acaoeducativa.org.br. (Org.), Cruzamento: Raça e gênero (pp. 7-16). Brasília, DF: Ação Educativa.

CRENSHAW, Kimberlé. **Mapeando as margens: interseccionalidade, políticas de identidade e violência contra mulheres não-brancas**. Tradução de Carol Correia. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/mapeando-as-margens-interseccionalidade-politicas-de-identidade-e-violencia-contramulheres-nao-brancas-de-kimberle-crenshaw%E2%80%8AA-%E2%80%8AAparte-1-4/>. Acesso em 05 jan 2026

CÚNICO, Sabrina Daiana; ARPINI, Dorian Mônica. **Família e monoparentalidade feminina sob a ótica de mulheres chefes de família**. *Aletheia*, Canoas, n. 43-44, p. 37-49, ago. 2014. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-03942014000100004. Acesso em: 21 jun. 2026.

DAVIS, Angela. **Estarão as prisões obsoletas?** Rio de Janeiro: Difel, 2018.

DINIZ, André Geraldo Ribeiro; MAYORGA, Claudia. **Notas sobre autonomia e desqualificação social de mulheres prostitutas.** *Psicologia & Sociedade*, v. 30, e165432, 2018. DOI: 10.1590/1807-0310/2018v30165432. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/FXyGdH8hYF9vQp3qVmkx3hN/>. Acesso em: 21 jan. 2026.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ. **Relatório de inspeção na Cadeia Pública Feminina de Londrina – CLDA.** Londrina: DPE-PR, set. 2024. Disponível em: https://www.defensoriapublica.pr.def.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2024-09/relatorio_inspecao_londrina.pdf. Acesso em: 13 maio 2025.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ. **Relatório de inspeção na Cadeia Pública Feminina de Londrina – CLDA.** Londrina: DPE-PR, abril 2023. Disponível em: https://www.defensoriapublica.pr.def.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2023-04/relatorio_de_inspecao_cp_feminina_de_londrina_clda.docx.pdf. Acesso em: 13 fev 2026

Departamento Penitenciário Nacional. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias –Infopen Mulheres**, 2ª edição. 2018. Disponível em: http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen-mulheres/infopenmulheres_arte_07-03-18.pdf. Acesso em: 25 de nov. de 2023.

DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias. INFOPEN** –Junho de 2014. Disponível em: <https://www.gov.br/senappen/pt-br/servicos/sisdepen/relatorios/relatorios-sinteticos/infopenmulheres-junho2014.pdf>. Acesso em: 28 out. 2023.

GOFFMAN, Erving. Estigma: **Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980

HOOKS, bell. **O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras.** Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa.** Tradução de Joice Elias Costa. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

GOFFMAN, E. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada.** Rio de Janeiro: Zahar Ed.,1988.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos.** . Rio de Janeiro: Zahar. . Acesso em: 01 maio 2026. , 2020

LEMGRUBER, Julita. **Cemitério dos vivos: análise sociológica de uma prisão de mulheres.** 2.ª ed., Rio de Janeiro: Forense, 1999.

LOMBROSO, C; FERRERO, Guglielmo. **Criminal Woman, the Prostitute, and the**

Normal Woman. Durham: Duke University Press. 2004.

MAY, Tim. **Pesquisa Social: Questão, métodos e processos.** Porto Alegre: Artmed. 3º ed. 2004.

MINAYO, Maria C. S. (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

MENDONÇA LOPES RIBEIRO, Ludmila; COSTA MARTINO, Natalia Cristina; LEMOS DUARTE, Thais. **Antes das grades: Perfis e dinâmicas criminais de mulheres mulheres em situação de privação de liberdadeem Minas Gerais.** Sociedade e Estado, [S. l.], v. 36, n. 02, p. 639–667, 2021. DOI: 10.1590/s0102-6992-202136020012. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/sociedade/article/view/34668>. Acesso em: 5 ago. 2024.

PARANÁ. Polícia Penal do Paraná. **PEL II-UP: apresentação projeto ensino superior.** Paraná, 2021. Disponível em: https://www.policiapenal.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2021-10/pel2up_-_apresentacao_projeto_ensino_superior.pdf. Acesso em: 06 abr. 2026.

PIMENTEL, Alessandra. **O método da análise documental: seu uso numa pesquisa historiográfica.** Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 114, p. 179–195, nov. 2001. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0100-15742001000300008>. Acesso em: 13 maio 2025.

QUEIROZ, Nana. **Presos que menstruam: a brutal vida das mulheres – tratadas como homens – nas prisões brasileiras.** Rio de Janeiro: Record, 2015.

ROSÁRIO, Maria do; BISPO, Lorena Grasielle Silva. **As consequências da violência doméstica contra a mulher no desenvolvimento dos filhos menores.** Ambiente: Gestão e Desenvolvimento, [S. l.], v. 14, n. 2, 2021. DOI: <https://doi.org/10.24979/ambiente.v14i2.999>. Disponível em: <https://periodicos.uerr.edu.br/index.php/ambiente/article/view/999>. Acesso em: 27 mar. 2026.

SAFFIOTI, Heleieth. I. B. **Gênero, patriarcado, violência. (Coleção Brasil Urgente).** São Paulo: Fundação Perseu Abramo. 2004.

URSI, Soraya Soria Salles; CHAGA, Juliana Maria de Camargo; SILVA, Cecilia Teixeira da (org.). **Encarceradas: quando a estrela de Natal não brilha.** Curitiba: Editora CRV, 2022.

VIEIRA, Isabela. **Maria e José são os nomes mais comuns do país, revela IBGE**

Agência Brasil, 27 abr. 2016. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2016-04/maria-e-jose-sao-os-nomes-mais-comuns-do-pais-revela-ibge>. Acesso em: 13 maio 2025.

WALMSLEY, R. **World Female Imprisonment List: Word Prison Brief.** 4. ed.

London: Institute for Crime & Justice Police Research: Birkbeck, University of London, 2017. Disponível em: https://www.prisonstudies.org/sites/default/files/resources/downloads/world_female_prison_4th_edn_v4_web.pdf. Acesso em: 05 jun. 2024

WACQUANT, L. **As prisões da miséria**. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

APÊNDICES

APÊNDICE A – 1ª GRELHA DE ANÁLISE VERTICAL: MARIA E SEU PEDACINHO DO CÉU

1. CATEGORIA: CRIMINALIDADE	
Unidade de Registro	Narrativa: Maria e seu pedacinho do céu
1. Tráfico de drogas	1. Natal de 2011, eu com talões de água e luz atrasados, tudo para ser cortado a qualquer momento, meu filho estava com 1 ano e 8 meses, já sabia pedir as coisas. Fui à padaria comprar um saquinho de leite e ele me pediu um doce que era cheio de bolinhas coloridas junto vinha um brinquedinho, me lembro como se fosse hoje custava só 5 reais e eu não tinha como comprar, meu filho começou a chorar e fazer birra no meio da padaria, me lembro que um rapaz que estava tomando cerveja deu o doce para ele, eu agradeci envergonhada e naquele dia 25 de dezembro de 2011 eu me revoltei profundamente com a vida. Estava com contas atrasadas, por mais que eu trabalhava sozinha era muito difícil, eu não conseguia mais nem dar um doce para o meu filho de 5 reais em pleno Natal, me revoltei e comecei a traficar, eu tinha medo de ser presa, ficar longe do meu filho, mas já não faltava mais nada em casa. 2. No começo de 2013 resolvi parar de traficar, tinha medo de ser presa, ficar longe do meu filho e do meu namorado, eu tinha um bom dinheiro do tráfico fiquei desempregada até eu colocar meu filho em uma creche, para ajudar tinha um dinheiro do tráfico guardado, fui usando, mas sem ostentar. O problema é que o dinheiro que eu tinha acabou e ainda não havia conseguido emprego e só meu namorado trabalhando, começou a faltar as coisas passamos a discutir constantemente e claro ele me abandonou. Mais uma vez sozinha, a única solução que eu enxergava era o tráfico, voltei a traficar, ganhar dinheiro e não era pouco, eu traficava em cidades pequenas, mas quanto mais eu ganhava mais eu gastava e ostentava, mas apesar de tudo de errado que eu fazia nunca deixei meu filho ver ou ter contato com nada de ilícito. 3. Em um ato de desespero resolvi aceitar o convite de picar e embalar drogas, todos os dias eu deixava meu filho na escola e de lá descia em uma casa, picava e embalava as drogas, trancava a casa e deixava a chave em um lugar combinado, ia embora e ganhava um dinheiro para fazer isso. Fiquei um mês aproximadamente fazendo isso, senti meu coração apertar, um mal pressentimento, e falei para a dona das drogas que eu não ia mais fazer aquilo pois estava com medo de ser presa. No dia que ela falou para eu desenterrar as drogas, embalagens e devolver, que ela ia

	passar pegar e acertar nosso combinado foi tarde, a polícia chegou antes dela e mais uma vez fui presa em flagrante.
--	--

2. Prisão	1. Em 2002 fui presa por assalto fiquei no CIAD, minha mãe foi me visitar, pedi que ela não voltasse mais lá enquanto eu estivesse presa, porque não era justo ela passar por humilhação de revista, mas ela chorando disse que nunca me abandonaria, que meu pai chorava todo dia que lá ele não iria, mas que me amava e eu podia contar com ele sempre. 2. Em agosto de 2014 fui transferida para o presídio feminino a P. F.P em Piraquara, foi lá que passei o Natal de 2014 e 2015, nunca tive visita lá, mas também nunca pedi, sabia que minha irmã não teria onde ficar e também não queria que eles pegassem estrada, tinha medo de acidentes.
-----------	--

APÊNDICE B – 2ª GRELHA DE ANÁLISE VERTICAL: MARIA E SEU PEDACINHO DO CÉU

2. CATEGORIA: LAÇOS AFETIVOS	
Unidades de Registro	Narrativa: Maria e seu pedacinho do céu
1. Maternidade	1. O pai do meu filho foi preso 16 dias após o nascimento do meu menino um sequestro relâmpago, resumindo, eu estava com um recém-nascido, muito abalada psicologicamente com a morte da minha mãe e sem nem ter para onde ir. Estava no fundo do poço, mas precisava ter forças afinal eu tinha um bebê que precisava de mim. 2. Eu não queria nunca mais me envolver com o crime, minha consciência me condena todos os dias por todo desgosto que causei ao meu pai e minha mãe e eu tinha muito medo de ser presa e ficar longe do meu filho. 3. Me lembro que no aniversário de 4 aninhos ela levou ele na visita, eu pedi autorização e o delegado deixou que os funcionários comprassem um bolo de 1 kg e 2 refrigerantes, uma velinha de 4 anos e um carrinho de presente para ele, assim pude comemorar o aniversário do meu fiel companheiro, mas também chorei muito ao ver ele chamar minha irmã de mãe e eu pelo nome. Mas era compreensível, eu quase não o via, ele era muito pequeno, na primeira visita que tive ele chorou desesperadamente na hora de ir embora, era como se o choro dele esmagasse meu coração. Com o passar do tempo eu fui me tornando

	apenas uma lembrança vaga para ele, mas ele nunca me esqueceu, choro só de lembrar.
2. Família de origem	1. Sou filha única do meu pai com minha mãe, tenho dois irmãos por parte de mãe, Maria e o José e cinco por parte de pai, um homem e quatro mulheres. Nunca tive muito vínculo com meus irmãos por parte de pai, cresci tendo mais vínculo com meus irmãos por parte de mãe.

3. Abandono/solidão	1. Como meu pai me visitava a cada 15 dias mais ou menos e ele tinha ido um dia antes desse fato, eu sai da casa dela e fiquei para rua e só voltava quando meu pai estava para chegar. Ela não se importava e eu comecei a aprender a me virar sozinha (...) 2. Enfim, na rua passei a admirar aqueles que eu tanto odiava, que eram bandidos, ladrões, traficantes, assassinos, apesar de serem tudo isso eu via que eles tinham a ética do crime, eles falavam que estupradores e pedófilos com eles não tinham vez e apesar de todos defeitos que eles podiam ter, eles cuidavam de mim e me protegiam e não deixavam que ninguém me fizesse mal. 3 Em agosto de 2014 fui transferida para o presídio feminino a P. F.P em Piraquara, foi lá que passei o Natal de 2014 e 2015, nunca tive visita lá, mas também nunca pedi, sabia que minha irmã não teria onde ficar e também não queria que eles pegassem estrada, tinha medo de acidentes.
4. Relacionamentos amorosos	1. Em 2017 eu casei no civil com ele, foi a pior besteira que eu fiz na vida, ele estava preso, eu o visitava, mas ele foi ficando cada vez mais ciumento e possessivo, eu engravidei da minha filha dentro da cadeia.

APÊNDICE C – 2ª GRELHA DE ANÁLISE VERTICAL: MARIA E SEU PEDACINHO DO CÉU

3. CATEGORIA: FESTIVIDADES	
Unidades de Registro	Narrativa: Maria e seu pedacinho do céu
1. Antes do encarceramento	1. Eu amava os natais que íamos para sítio, minha avó montava o presépio com os mínimos detalhes de onde Jesus nasceu, exatamente como é o lugar descrito na bíblia, a manjedoura os animais, Maria, José e Jesus era tudo muito detalhado muito lindo e encantador. A árvore-de-Natal toda enfeitada, era tudo muito detalhado, eu nunca vi um presépio como o que a minha avó montava, na verdade hoje em dia é difícil encontrar isso, sei lá parece que o espírito natalino fica mais fraco a cada ano.
2. Depois do encarceramento	1. Meu Natal de 2018 foi cruel, chorei muito longe dos meus filhos, minha princesa tinha apenas 2 meses quando fui presa, hoje já está com quase 3 aninhos, meu filho que tinha 8 anos e já vai fazer 11 anos.

APÊNDICE D – 2ª GRELHA DE ANÁLISE VERTICAL: MARIA E SEU PEDACINHO DO CÉU

2. CATEGORIA: GENERO	
Unidades de Registro	Narrativa: Maria e seu pedacinho do céu

1. Violência	1. Uma noite acordei com o marido da minha irmã passando a mão nas minhas partes íntimas, eu tinha apenas 7 anos, me lembro perfeitamente o medo e o nojo que senti naquele momento, sentimentos que sinto toda vez que lembro. Me assustei, senti medo, nojo, meu coração disparou de uma maneira ruim, não tenho palavras para explicar, rolei para debaixo da cama da minha irmã, onde eu sabia que ele não me alcançaria e passei o resto daquela noite sem dormir. No outro dia eu estava assustada, com medo de contar e não acreditarem, o marido da minha irmã estava tomando banho e ela pediu para eu levar a toalha que ele tinha pedido e deixar na porta, quando fui ele abriu a porta, mostrou seu pênis duro para mim, sorriu e fez sinal para eu ficar quieta. Eu sai assustada, mas contei para minha irmã. Ela me chamou de mentirosa, afinal o marido dela era o exemplo de pai de família, ela me xingou, me humilhou e mandou eu não contar aquilo para ninguém, porque se as pessoas ficassem sabendo poderiam acreditar e fazer mal para ele. 2. Eu fui na defensoria pública e o advogado conseguiu que ele saísse um ano antes para o semiaberto, tudo que eu queria era meu marido ao meu lado quando nossa filha nascesse, mas ganhei foi um monstro dentro de casa. 3. Natal de 2017 passei machucada de tanto apanhar dele e presa em casa, pois ele não me deixava sair, ele sabia que se eu saísse de casa eu não voltaria mais, eu via o medo e o desespero do meu filho e aquilo me matava por dentro, pois eu sabia que tudo de certa forma era culpa das decisões que tomei em minha vida.
2. Interseccionalidade (raça, classe e gênero)	1. O primeiro Natal da minha vida, claro que não vou me lembrar afinal eu era apenas uma bebê, mas sei que de certa forma foi decepcionante para o meu pai, ele esperava um filho homem. (...) Não sei se por conta dessa vontade de meus pais que eu fosse menino, mas cresci gostando de brincadeiras de meninos, carrinhos, soltar pipas, andar de rolimã. 2. meu primeiro Natal, minha mãe contava que quase não tinha o que comer, pois sempre fomos muito pobres apesar da luta diária de meus pais no trabalho. Minha mãe contava que me deu de mama e meu pai me fez dormir cantando músicas de ninar, enquanto ela tentava fazer meus outros dois irmãos dormirem para fome deles passar, e assim

foi o Natal de 1989 o primeiro da minha vida. 3. A Antônia era como se fosse minha mãe, apesar da pouca idade, me lembro vagamente, pois eu era muito pequena e minha irmã com apenas 11 anos me levava no seu trabalho de diarista, pois meu pai trabalhava não tinha como me levar no trabalho dele. 4. Nós morávamos no Santa Madalena, o trem matou o burrinho, meu pai para não faltar meu leite, que para ele isso era sagrado, foi vender sorvete até conseguir outro burrinho branco. Me lembro que naquele Natal minha mãe estava internada, meus irmãos, estavam só Deus sabe onde, eu passei aquele Natal com meu pai, tínhamos para comer arroz, feijão, macarrão branco sem molho algum e batata cozida, pois não tinha óleo suficiente para fritar. 4. Fui morar com minha irmã Maria e a ajudava no seu trabalho já que eu não tinha como arrumar um emprego fixo por causa do meu bebê, mas eu não tinha como arrumar um emprego fixo por causa do meu bebê, mas só Deus sabe o tanto de humilhação que passei por um prato de comida (...) 5. Quando meu menino completou 7 meses o coloquei em uma creche, mas eu morava na zona norte e a única vaga que consegui era no Jardim Aeroporto do outro lado da cidade. Consegui um emprego em uma fábrica de confecção como auxiliar de costura e sai da casa da minha irmã. Eu não podia fazer hora extra, não havia ninguém que me ajudasse com meu filho, era apenas eu e meu pequeno companheiro, eu ganhava mais ou menos uns 850,00 reais bruto fora os descontos na época, mas eu pagava 250,00 reais de aluguel, 150,00 reais, me sobrava apenas uns 250,00 reais para fazer compra para o mês todo, manter roupas, calçados, ou seja eu não estava conseguindo me manter só com o salário. Ainda visitava o pai do meu filho na cadeia, tinha mais esse gasto, tudo isso tinha que sair apenas do meu salário, pois eu não tinha ajuda de ninguém. 6. Eu não queria mexer com nada do crime, pois eu sabia o quanto sofri presa novamente ficar longe do meu filho e de minha bebê que ainda nem presa novamente ficar longe do meu filho e de minha bebê que ainda nem havia nascido. Em janeiro de 2018 comecei a fazer bolos de pote e vender na rua, casas,

	comércios, enfim, eu estava grávida de uns 6 meses, saía com uma caixa de isopor pesada cheia de bolos e ia vender nas proximidades de onde eu morava com essa amiga, mas o dinheiro dos bolos não dava para quase nada e comecei me desesperar.
--	--

APÊNDICE E – 1ª GRELHA DE ANÁLISE VERTICAL: MARIA BEATRIZ E SEUS LAÇOS FAMILIARES

4. CATEGORIA: CRIMINALIDADE	
Unidade de Registro	Narrativa: Maria Beatriz e seus laços familiares
1. Tráfico de drogas	1. Junto com Rubinho trabalhava um rapaz que contou que havia uma forma de conseguir uma grana extra, que ele poderia conseguir dar uma amenizada na situação. Eles estavam com água e luz para vencer, pagavam aluguel e ainda faziam o tal tratamento. Então o rapaz explicou para Rubinho que um amigo dele pagava o aluguel da casa para guardar uma certa quantidade de drogas e que cada vez que precisasse mexer na droga ele pagaria mais 150,00 reais. No primeiro momento Rubinho se recusou, pois lembrou tudo o que passou e tinha certeza de que Bibi não concordaria. (...) Com o passar dos dias as coisas cada vez mais difíceis, Rubinho parou e pensou, se eu pegar somente para guardar até dar uma melhorada na minha situação, não vou correr risco de nada. Então foi para o serviço e conversou com o rapaz, que passou o número de telefone do dono da droga. [...] No dia 12 de abril de 2019 por volta das 5:30 da manhã entrou em sua casa a polícia, Bibi estava dormindo e Rubinho se arrumando para sair para trabalhar. Os policiais entraram já perguntando de drogas, Bibi sem entender nada disse que não mexia com isso que a casa estaria aberta para a abordagem, antes que os policiais achassem a droga Rubinho disse onde estava, levou o disse que não mexia com isso que a casa estaria aberta para a abordagem, policial até a lavanderia e entregou o que tinha de imediato pediu desculpa para Bibi, o que ele não sabia, era que não só ele iria preso, mas ela também.

2. Prisão	1. Na cadeia Bibi em convívio com as outras mulheres em situação de privação de liberdade, aprendeu que chorar era somente escondido, seus problemas ninguém queria saber, amigas não tem, não confiava em ninguém e realmente você vale o que tem. 2. A rotina na prisão não muda, são sempre as mesmas coisas, banho de sol, um dia sim outro não, alimentação, almoço, janta e café da manhã nos mesmos horários, cardápio da comida é igual toda semana, tanto que Bibi, já sabia de cor qual alimentação do dia. O convívio com as companheiras é um pouco complicado, pois são mulheres com temperamentos e formas de pensar diferentes. Um dia umas mulheres com temperamentos e formas de pensar diferentes. Um dia uma se espera estão todas cantando para passar o tempo e assim os dias vão.
-----------	--

APÊNDICE F – 2ª GRELHA DE ANÁLISE VERTICAL: MARIA BEATRIZ E SEUS LAÇOS FAMILIARES

3. CATEGORIA: LAÇOS AFETIVOS	
Unidades de Registro	Narrativa: Maria Beatriz e seus laços familiares
1. Maternidade	1.Com tudo o que passaram juntos Bibi e Rubinho notaram que tinham necessidade de montar uma família e decidiram tentar ter um filho para dar alegria aos dias e mais brilho aos seus natais. Essa ideia passou a ser um sonho para Bibi e mês após mês surgia a expectativa de estar grávida, passaram quase 8 meses tentando ter um filho sem sucesso. Então Bibi decidiu procurar um médico, fez todos os exames necessários e ao chegar os resultados, Bibi não tinha nenhum tipo de problema. (...) Então Rubinho iniciou o tratamento e após os 6 meses voltou ao médico, refez todos os exames e para o desespero do casal, o médico informou que Rubinho era praticamente estéril e que as chances de ser pai eram mínimas e que teria que fazer o tratamento para o resto da vida. Nesse momento o mundo de Bibi desabou, voltaram para a casa com muita tristeza e lágrimas nos olhos.
2. Família de origem	1. Bibi pertence a uma família de cinco irmãos e sua mãe viúva, pois aos seus 7 anos de idade, perdeu seu pai em um acidente de carro.

3. Abandono/solidão	1. As vezes Bibi se pegava sentada em frente ao telefone esperando ele tocar, mas era bem difícil isso acontecer. Os dois sentavam para conversar e falavam assim: “mandaram nós para cá e nem se preocupam como nós estamos, acho que devem estar bem todos, longe de nós”.
4. Relacionamentos amorosos	1. Bibi foge de novo no outro dia, e novamente sua mãe busca e traz de volta, e assim por 4 vezes, Bibi é encontrada na casa de Rubinho. Até que um dia Rubinho decide montar uma cabana no meio de um fundo de vale 2. Rubinho bastante ciumento não deixava Bibi sair de casa e nem ter amizades (...) 3. Os dias passam, os dois jovens criam responsabilidades de adultos, mas não tinham um pinga de juízo, e com as amizades começaram a usar drogas, maconha e cocaína. 4. A partir daí ficaram completamente viciados nas drogas, cocaína, ao ponto de venderem as coisas de casa. Bibi ganhava presentes de sua mãe e trocava por droga, Rubinho começou a dormir fora de casa, ficou agressivo, tinha vezes que Bibi fazia comida e esperava Rubinho para jantar, quando ele chegava com a droga para usar dentro de casa, os dois nem mexiam na comida e passavam a noite em claro, sem perceber que estavam acabando com suas vidas. 5. Antes que fosse tarde demais decidiu mudar de vida e percebeu que ainda tinha chance de recomeçar sua vida mesmo que esse recomeço fosse iniciado dentro da cadeia. Com tudo o que pensou decidiu escrever uma carta se separando de Rubinho.

APÊNDICE G – 3ª GRELHA DE ANÁLISE VERTICAL: MARIA BEATRIZ E SEUS LAÇOS FAMILIARES

5. CATEGORIA: FESTIVIDADES	
Unidades de Registro	Narrativa: Maria Beatriz e seus laços familiares
3. Antes do encarceramento	1. No final de ano todos se reuniram no sobrado pois lá tinha área de lazer. Juntos Dona Neusa e seus filhos, com Bibi, Rubinho, Rosana e alguns amigos, passaram o Natal, comeram, beberam, nadaram, enfim estavam tendo uma ótima convivência; 2. Ficaram por lá até o fim do ano e passaram o Natal juntos com os parentes de Rubinho, foi um Natal muito triste, por que todos foram comprar roupas, sapatos e Bibi e Rubinho vestiram o que tinham. Ao ver a família toda reunida, Bibi se lembrou do Natal que passou com sua mãe e seus irmãos no sobrado de Rubinho (...)
2. Depois do encarceramento	1. Então chegou o Natal, para quem está na rua é a data mais esperada do ano, pois é um dia de muita alegria, que desperta os melhores sentimentos, significa alegria, paz, amor, união, afeto. Já na cadeia Bibi nota que é tudo diferente, não acontece nada de importante, o clima é tenso, o sentimento é de total tristeza e solidão.

APÊNDICE H – 4ª GRELHA DE ANÁLISE VERTICAL: MARIA BEATRIZ E SEUS LAÇOS FAMILIARES

4. CATEGORIA: GENERO	
Unidades de Registro	Narrativa: Maria Beatriz e seus laços familiares
1. Violência	1. (...) Rubinho começou a dormir fora de casa, ficou agressivo (...) 2. Rubinho bastante ciumento não deixava Bibi sair de casa e nem ter amizades (...)

. Interseccionalidade (raça, classe e gênero)	1. Dona Maria, sua mãe, sempre trabalhadora, lutava com unhas e dentes para poder ter roupas, sapatos, materiais escolares e até alimentação do bom e do melhor, apesar de trabalhar como doméstica. Sua patroa sabendo das necessidades da família, sempre a ajudava como podia. 3. A partir desse dia Bibi, ainda com 14 anos, passa a morar com Rubinho e sua irmã Rosana. Vira dona de casa com responsabilidade de lavar, passar e cozinhar e ainda tentava seguir a rotina de ir para escola, porém com muitas faltas. 4. Ela se tornou uma ótima dona de casa, cuidava de Rubinho como toda mulher cuidava de seu marido, passaram o ano todo juntos. 5. Como eram viciados em drogas, não sobrava dinheiro para comer coisas gostosas como bolacha, doce, achocolatado, iogurte, essas coisas que adolescentes gostam. Bibi ainda tinha 17 anos e Rubinho apenas 18 anos. 6. Juntos há doze anos começaram a passar algumas dificuldades financeiras, Bibi desempregada tinha apenas uma renda pouca, por vender lingerie e Rubinho trabalhando de pintor não estava dando conta de suprir a necessidades de casa.
--	---